UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MATHEUS LEVANDOSKI DA CÓSTA

Biblioteca prisional como potência: a educação em informação como estratégia de redução de pena de recuperandos junto à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Porto Alegre/RS - Partenon

Porto Alegre
2025

MATHEUS LEVANDOSKI DA CÓSTA

Biblioteca prisional como potência: a educação em informação como estratégia de reintegração e redução de pena de recuperandos junto à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Porto Alegre/RS - Partenon

Monografia desenvolvida como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Borges

Porto Alegre

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Profa. Dra. Marcia Cristina Bernardes Barbosa
Vice-Reitora: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretora: Profa. Dra. Ana Taís Martins
Vice-Diretora: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Prof. Dr. Fabiano Couto Corrêa da Silva
Chefe Substituta: Prof. Dr. Jackson da Silva Medeiros

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA
Coordenadora: Profa. Dra. Profa. Dra. Helen Rose Flores de Flores
Coordenador Substituto: Profa. Dra. Maria Lúcia Dias

CIP - Catalogação na Publicação

Cósta, Matheus Levandoski da
Biblioteca prisional como potência: a educação em informação como estratégia de redução de pena de recuperandos junto à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Porto Alegre/RS - Partenon / Matheus Levandoski da Cósta. -- 2025.
81 f.
Orientadora: Jussara Borges de Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. educação em informação. 2. biblioteca prisional. 3. reintegração social. I. Lima, Jussara Borges de, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Prédio 22201

CEP: 90035-007, Porto Alegre - RS - Tel.: (51) 3308-5067 - E-mail: fabico@ufrgs.br

AGRADECIMENTOS

A produção de todo e qualquer saber se dá a partir da contribuição coletiva, fato esse que se prova no seguinte trabalho. É nesse sentido que gostaria de agradecer a todos que participaram ativamente na elaboração desse trabalho. Assim, começo agradecendo minha mãe e meu irmão, pela paciência constante e pelas longas conversas a respeito dos meus achados durante a “escavação” da temática. O incentivo que vocês dois me dão é único.

Gostaria de agradecer também à APAC e todos os contribuintes, em especial Prof. Celso Rodrigues, que excercem um trabalho belo ao fornecerem uma situação mais digna e humana na execução penal dos recuperandos. Um muito obrigado também a todos os recuperandos que participaram das conversas e no questionário, sem vocês esse trabalho não existiria. Um imenso abraço aos voluntários do Projeto LER, vocês demonstram como a garantia de educação vale a pena, que todos tenham a sorte de aprender com vocês.

Agradeço ao Grupo InfoCom por todo o auxílio, pelas dicas valiosas e pelas aprendizagens compartilhadas ao longo desta jornada. O apoio e a disposição em ajudar contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho e para minha formação acadêmica. Meu sincero muito obrigado, esse trabalho também é de vocês.

Esse trabalho é dedicado para a professora Jussara Borges, a qual confiou em mim integralmente e me ajudou a construir saberes únicos, todos os anos de atuação dentro do InfoCom me mostraram que pesquisa só se faz com empatia, trabalho em grupo e trocas.

Por fim, agradeço a Guilherme Gabineski por ter me dado amor e luz em pontos que me passam despercebidos, sem ti esse trabalho nunca teria saído do papel.

“Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos.”

Hannah Arendt

RESUMO

Apresenta um levantamento bibliográfico e estudo de caso sobre a educação em informação no contexto prisional, excepcionalmente na APAC Porto Alegre/RS - Partenon. A pesquisa tem como objetivo analisar como a educação em informação pode contribuir com a remição de pena. Discute a educação em informação como proposta para a reintegração social em um contexto de vulnerabilidade social. Se caracteriza como caráter aplicado, abordagem qualitativa e natureza dos objetivos exploratória e descritiva. A coleta de dados ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica utilizando os termos centrais da pesquisa na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Library, Information Science & Technology Abstracts (LISA). Além disso, aplicou-se um questionário com perguntas abertas para os recuperandos e entrevistas estruturadas para os voluntários do Projeto LER. Os materiais foram analisados através da análise de conteúdo, dividido em fase descritiva, correlacional e interpretativa. Os resultados indicam um indício na presença da educação em informação no contexto da APAC numa escala ampla e pouco desenvolvida. Conclui que embora esteja em um estágio inicial, a educação em informação aplicada no contexto prisional se revela essencial para a reintegração social, sendo muito promissora se melhor desenvolvida.

Palavras-chave: educação em informação; biblioteca prisional; reintegração social.

ABSTRACT

Presents a bibliographic survey and a case study on information education in the prison context, specifically at APAC Porto Alegre/RS – Partenon. The research aims to analyze how information education can contribute to sentence remission. It discusses information education as a proposal for social reintegration in a context of social vulnerability. The study is characterized as applied in nature, with a qualitative approach, and exploratory and descriptive objectives. Data collection was carried out through a bibliographic search using the central terms of the research in the Information Science Database (BRAPCI) and the Library, Information Science & Technology Abstracts (LISA). In addition, an open-ended questionnaire was administered to the recovering inmates and structured interviews were conducted with the volunteers of the LER Project. The materials were analyzed through content analysis, divided into descriptive, correlational, and interpretative phases. The results indicate evidence of the presence of information education in the context of APAC on a broad yet underdeveloped scale. It concludes that, although still in an early stage, information education applied within the prison context proves to be essential for social reintegration and is highly promising if further developed.

Keyword: information education; prisional library; social reintegration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRS	Centro de Reintegração Social
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
FBAC	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
RELIPEN	Relatório de Informações Penais
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 8

2 CONFIGURAÇÕES DA PESQUISA..... 10

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO..... 10

2.2 OBJETIVOS..... 14

2.3 JUSTIFICATIVA..... 15

3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO..... 17

3.1 ESTUDO DE CASO..... 18

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS..... 19

4 O SURGIMENTO DO CÁRCERE: UMA VISÃO DA ANTIGUIDADE ATÉ A CONTEMPORANEIDADE..... 24

5 A BIBLIOTECA PRISIONAL COMO ESPAÇO DE REINSERÇÃO SOCIAL..... 32

6 A EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL..... 39

7 A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) COMO PROJETO ALTERNATIVO E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO CÁRCERE..... 43

7.1 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) PORTO ALEGRE/RS - PARTENON..... 46

7.2 PROJETO LEITURA E REMIÇÃO (LER)..... 49

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 53

9 CONCLUSÕES..... 69

REFERÊNCIAS..... 73

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM VOLUNTÁRIOS..... 78

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RECUPERANDOS..... 79

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito garantido pelo Estado, constituindo-se como um dos pilares da sociedade moderna. Entretanto, possui dificuldades latentes na sua efetividade, principalmente quando colocamos em foco contextos de vulnerabilidade social, a exemplo das prisões. O cárcere acaba sendo um ambiente composto por violência e isso representa uma situação crítica para os sujeitos nele inseridos. Um dos problemas que atravessam esse local é a dificuldade de acesso à informação, educação e cultura, evidenciando lacunas no modelo prisional atual no âmbito nacional.

Medidas como a inserção de bibliotecas e fornecimento de livros buscam frear a instabilidade atual, mas acabam promovendo uma educação rasa e demonstram-se ineficazes quando observados de forma incisiva. A falta de bibliotecários, livros danificados e a ausência de direcionamento educativo acabam criando um alerta para essas instituições. Tais questionamentos teóricos e práticos tornam-se necessários para a discussão da efetividade de um ambiente que preconiza a reinserção social de indivíduos, buscando estratégias e elementos de auxílio.

É sob essa ótica que instituições como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) Porto Alegre/RS - Partenon buscam reverter tais dificuldades ao implementar bibliotecas mais atuantes no processo educativo dos recuperandos[1]. Projetos como o Leitura e Remição (LER), acolhido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), auxiliam na redução de pena dos recuperandos através de dinâmicas colaborativas que promovem debates, reflexões e construção de pensamento crítico. Essas características se ligam diretamente com o conceito de educação em informação, ponto vital da discussão deste trabalho.

A educação em informação é uma aliada importante na construção de um raciocínio e análise mais reflexivo, já que preconiza a subjetividade do sujeito e sua atuação coletiva. Ao fornecer elementos que auxiliem no entendimento, uso e conscientização da informação, a educação em informação busca associar-se aos

[1] O termo será discutido na seção “ 7 A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) COMO PROJETO ALTERNATIVO E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO CÁRCERE”.

processos formativos e educacionais de cada indivíduo, proporcionando um olhar mais crítico a respeito do mundo, contemplando a sociedade dentro e fora dos muros da prisão.

Sendo assim, essa pesquisa busca compreender de que forma a educação em informação pode contribuir para remição da pena e a reintegração social dos recuperandos da APAC Porto Alegre/RS - Partenon. A pesquisa contou com a aplicação de um questionário aos 37 recuperandos que frequentam as dinâmicas do Projeto, a fim de compreender de que maneira a biblioteca e as atividades educativas colaboram com a reintegração de cada sujeito. Além disso, foram realizadas entrevistas com 3 voluntários do Projeto LER, a fim de discorrer um pouco mais sobre suas atuações em aula e outros pontos a serem pensados.

A análise dos resultados revela aspectos importantes, tal qual a aprovação e percepção do Projeto LER como promotor de senso reflexivo e crítico por parte dos recuperandos. Além disso, destaca-se a noção de um maior desenvolvimento pessoal – educativo e social – dos indivíduos inseridos na APAC, como se nota em suas respostas. Em linhas gerais, o Projeto LER tem potencial de impactar na reintegração social dos sujeitos, demonstrando a importância de uma educação que permita a reflexão, o debate e o senso crítico, pontos que se interligam à educação em informação.

As premissas da educação em informação permeiam a instituição como um todo, tendo seus resultados no Projeto LER e no desenvolvimento de autonomia pessoal dos recuperandos por meio da remição de pena e incentivo à educação. Porém, notam-se lacunas em uma promoção mais efetiva, possivelmente interligando-se com as faltas de um bibliotecário, de investimento financeiro e de promoção de políticas públicas que abrangem o cárcere.

O trabalho está organizado em 9 seções, nas quais a 1 introduz o tema e a 2 discorre a respeito das configurações da pesquisa, apresentando sua problematização, seus objetivos e justificativa. Logo após, a 3 seção desenvolve a metodologia, definindo os métodos de coleta e análise dos resultados. A seção 4, 5, 6 e 7 desenvolvem o referencial teórico e o debate basilar do tema, elencando conceitos relevantes e discorrendo a respeito da APAC Porto Alegre/RS - Partenon e Projeto LER. Na seção 8 ocorre a análise de resultados e a discussão a partir dos dados colhidos. Por fim, a seção 9 busca trazer as conclusões finais, sendo seguida pelas referências bibliográficas e anexos.

2 CONFIGURAÇÕES DA PESQUISA

Esta seção tem como propósito apresentar os elementos que compõem o desenvolvimento da pesquisa, a saber: problematização, objetivos, justificativa e métodos de investigação. Na subseção 2.1, serão discutidos os principais conceitos que fundamentam o estudo, com o intuito de contextualizar a temática e, consequentemente, delinear a questão de pesquisa. Em seguida, estão expostos os objetivos geral e específicos, que explicitam as metas a serem alcançadas ao longo do trabalho. Seguindo, a justificativa busca evidenciar a relevância do tema para o campo da Biblioteconomia, bem como expor as motivações pessoais e acadêmicas que impulsionam a escolha e o desenvolvimento desta investigação.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO

As bibliotecas estão presentes na sociedade desde a Antiguidade, tendo inicialmente como principais funções o armazenamento e a preservação de papiros e depois livros, com acesso restrito à informação (Ranganathan, 2009). Com o passar do tempo, essas instituições se transformaram, assumindo diferentes papéis em relação ao consumo de informação pelo público geral. Um exemplo marcante são as bibliotecas romanas, idealizadas por Júlio César que, segundo Santos (2013), aproximam-se conceitualmente do que entendemos hoje como bibliotecas públicas. Nesses espaços, já se observavam práticas como a guarda e o empréstimo de livros, além da existência de salas de leitura, elementos que demonstram uma relação inicial entre biblioteca e educação, ainda que distante dos moldes contemporâneos.

No entanto, é importante destacar que, embora algumas bibliotecas romanas fossem entendidas como um conceito aproximado das bibliotecas públicas atuais, seu acesso era limitado a uma parcela letrada da população, geralmente pertencente às elites. A ausência de alfabetização e educação formal entre as camadas populares impedia o aproveitamento pleno desses acervos. Essa realidade evidencia que, desde os tempos antigos, a educação e o acesso à informação estiveram condicionados por barreiras sociais, como a desigualdade, a marginalização e a exclusão. Portanto, mesmo instituições voltadas à disseminação

do conhecimento, como as bibliotecas, refletiam – e ainda refletem – os desafios estruturais do acesso equitativo à educação e à informação.

A educação, enquanto direito fundamental, se constitui como um dos pilares da sociedade moderna, promovendo o desenvolvimento humano, a cidadania e a inclusão social. No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que o estabelece como uma das principais ferramentas do Estado para a promoção da igualdade social. Sob essa perspectiva social, a Constituição (Brasil, 1988), em seu artigo 6º, inclui a educação entre os direitos sociais, enquanto o artigo 205 destaca seu caráter formador e universal, afirmando que a educação deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Em sua produção, Tavares (2008) evidencia que o artigo mencionado não faz questão de especificar conteúdo ou alcance, o que, possivelmente, o torna muito abrangente e tangenciado. Entretanto, vista sob uma ótica mais detalhada, é possível estabelecer que a educação se mantém a partir dos conhecimentos mais basilares de ensino, compreendendo a educação, o conhecimento e a capacitação básica. Como aponta Tavares (2008), o direito à educação vai além do acesso à escolarização formal, abrangendo também o direito à informação, à liberdade de expressão e à preservação da memória e da identidade cultural dos indivíduos.

Dentro da esfera institucional e formativa, é imprescindível considerar o acesso à informação como parte intrínseca da educação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, como o sistema prisional. Colares e Lindemann (2015) pontuam isso ao comentarem que os bibliotecários passam por situações onde atuam como gestores do conhecimento, ao mediarem informações e desenvolverem um papel pedagógico, atuando como líderes e agentes educacionais de transformação. As bibliotecas prisionais, embora muitas vezes negligenciadas, emergem como espaços potentes de mediação da informação, de estímulo à leitura e de ampliação da consciência crítica (Lindemann, 2020). Elas não apenas oferecem recursos informacionais, mas também promovem um ambiente educativo que pode contribuir para o processo de reintegração social.

Tendo isso em vista, atualmente no Brasil há a Lei nº 7.210/1984 que possibilita a remição de pena a partir da leitura de livros dentro do ambiente prisional. Ela é promovida como um benefício previsto na Lei de Execução Penal

(LEP), e é regulamentada a partir de resoluções propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela é estruturada a partir da avaliação jurídica perante as resenhas escritas pelos encarcerados, reduzindo 4 dias a cada 1 livro lido. No total, um ingressante do sistema prisional pode remir 48 dias por ano no máximo, mediante avaliação imparcial da comissão avaliadora.

Em vias gerais, é compreendido por órgãos de justiça que a reeducação dos apenados é um ponto vital dentro do ambiente prisional, mas não é, de fato, bem acolhida ou implementada (Jacob; Santos, 2023). Essa argumentação se pauta a partir de pontos específicos como: a falta de acesso a livros dentro de instituições penais (Brasil, 2023); a dificuldade da atuação do bibliotecário dentro desses espaços (Sousa; Farias, 2023); motivos sociais e educacionais como analfabetismo e ambiente opressivo (Neto; Leite, 2011) e a falta de atenção a essas comunidades por parte do Estado (Brasil, 2023).

A dificuldade do labor do bibliotecário dentro de instituições prisionais é um fato. Colares e Lindemann (2015) evidenciam isso ao constatarem que as regras do local e as convenções biblioteconômicas acabam se chocando, o que impacta e desafia o profissional nesses ambientes. A exemplo, Colares e Lindemann (2015) mencionam que a disposição de estantes precisa ser feita de forma diferente, a fim de garantir a visão dos presos e evitar situações de conflito.

As instituições prisionais convencionais configuram-se como ambientes marcados por práticas opressivas que comprometem a integridade física e psicológica dos indivíduos nelas inseridos (Bezerra *et al*., 2016). Sob a justificativa de punição – ou, em tese, de reeducação – pelos atos previamente cometidos, o sistema prisional é frequentemente atravessado por dinâmicas de violência e violação de direitos, promovendo processos de desumanização dos sujeitos privados de liberdade (Foucault, 1987). Para superar esse cenário, surgem organizações como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Sua finalidade, em linhas gerais, é apoiar o sistema judiciário brasileiro no cumprimento das penas por meio da ressocialização, visando educação assistida aos recuperandos[2] para que consigam se reestabelecer na sociedade futuramente. Esses centros de recuperação possuem sua própria metodologia de inclusão (APAC, 2025).

[2] Termo utilizado pela metodologia das APACs a fim de humanizar as pessoas alocadas dentro do sistema e que será utilizado ao longo do trabalho.

Percebe-se que cárcere, ressocialização e educação estão fortemente conectados e intrínsecos. Esse laço é fortificado a partir da implementação de métodos e da atuação de profissionais em espaços prisionais. É nesse sentido que nasce, em 2024, uma ação alternativa denominada Projeto Leitura e Remição (LER). Acolhido pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o projeto atua diretamente com a APAC Porto Alegre/RS - Partenon ofertando aulas e dinâmicas acessíveis aos recuperandos. Esse tipo de prática auxilia os apenados na garantia de acesso às leis de remição de pena por estudo, gerando potencial educacional na instituição em que se encontram.

A APAC possui duas bibliotecas atualmente, mas dificilmente trabalha em conjunto com projetos alternativos ligados a ações, o que demonstra um potencial pouco explorado. Nesse sentido, cabem as reflexões: a biblioteca, munida de profissional adequado e com funções educacionais específicas, conseguiria fornecer um apoio eficaz para uma educação formal e crítica? O profissional desempenha um papel de contribuição para que se tenha acesso à remição de pena com o foco na reinserção social ao capacitar indivíduos? De que maneira o bibliotecário pode atuar para auxiliar na reintegração de apenados? Como a aplicação da educação em informação pode ser promovida através de bibliotecas e atividades de leitura dentro de presídios? São inquietações que geram perguntas disparadoras para esse trabalho.

A educação em informação tem como foco a formação individual pautada no pensamento crítico e ético a respeito da informação, fugindo da instrumentalização operacional e proporcionando um olhar atento e autônomo sobre o mundo. Esses pontos são muito importantes para o desenvolvimento social, uma vez que a educação em informação busca evadir da apropriação de conceitos e reprodutibilidade, esperando que as informações dispostas sejam refletidas e discutidas. Sob essa perspectiva, pontos como uma educação mais libertadora tornam-se críticos uma vez que almeijam o empoderamento pessoal do sujeito através de sua noção a respeito do contexto em que vive, a sociedade que o cerca e a construção e discussão sobre suas experiências pessoais e visões de mundo.

É nesse sentido que a importância da educação em informação no cárcere se faz necessária. Ao fornecer estratégias de interação e debate, acaba potencializando o pensamento crítico a respeito do mundo em que o recuperando vive, permitindo que ele exerça sua cidadania; preparação para a reintegração

através de informações sobre serviços sociais, educacionais e ocupacionais; desenvolvimento profissional através de estudo formal e autonomia no autocuidado de sua própria saúde.

Nesse sentido, a educação em informação oferece estratégias para que o recuperando não seja apenas um receptor passivo, mas um sujeito ativo capaz de interpretar e usar o conhecimento a seu favor, fortalecendo a autonomia dentro e fora do sistema prisional.

Diante da existência de métodos alternativos ao modelo prisional tradicional e da potencial atuação do bibliotecário como agente estratégico no processo de reintegração, torna-se pertinente refletir e investigar de que modo essa atuação pode se efetivar no contexto das instituições prisionais, quais impactos pode gerar e quais caminhos são possíveis para sua consolidação. Nesse sentido, surgem dúvidas a respeito da possibilidade da reintegração de pessoas em condição de cárcere serem inseridas na sociedade. Esses processos de atuação do profissional podem auxiliar na recuperação da autonomia dessa população e evitar a reincidência através da execução do direito de redução de pena por atividade de leitura, perpassando a perspectiva da educação em informação.

Com o intuito de compreender de que maneira uma prática alternativa de educação na unidade prisional, associada com a biblioteca, pode potencializar a educação em informação de forma crítica, surge a seguinte pergunta: Como a educação em informação pode contribuir para a remição da pena e a reintegração social de recuperandos?

2.2 OBJETIVOS

Com o intuito de responder ao problema de pesquisa apresentado, foi definido o seguinte objetivo geral: analisar como a educação em informação pode contribuir com a remição da pena e na reintegração social. Para alcançar o objetivo citado foram estabelecidos os objetivos específicos abaixo:

a) discutir as potencialidades e limitações da educação em informação para a reintegração de apenados à sociedade;
b) compreender a importância da educação em informação como estratégia de autonomia para pessoas privadas de liberdade;

c) investigar como as práticas e metodologias adotadas pela APAC no processo de reintegração por meio da leitura podem incluir a educação em informação.

2.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se pelo crescente interesse com a reintegração social de pessoas privadas de liberdade, que tem impulsionado a busca por alternativas ao modelo prisional tradicional, marcado por práticas punitivas que frequentemente resultam em processos de desumanização e exclusão social. Nesse contexto, o acesso à informação, à leitura e à educação emergem como estratégias para a construção de uma identidade social positiva e para efetivar a reintegração.

Nessa linha, a atuação do bibliotecário dentro de instituições prisionais tem o potencial de assumir um papel essencial, uma vez que, além de promover educação em informação, contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades que promovam a reinserção social dos apenados. Seguindo por essa perspectiva, nota-se que programas como a remição de pena por leitura, amparada no artigo 126° da Lei de Execução Penal (LEP), demonstram o reconhecimento legal da importância da educação como meio e mobilizador de transformação social dentro do sistema carcerário.

No entanto, apesar das potencialidades reconhecidas, ainda são escassos os estudos que investigam de forma aprofundada a prática bibliotecária neste contexto específico, seus desafios e suas contribuições efetivas para a reintegração. Os dados levantados através do levantamento bibliográfico evidenciam isso ao recuperar apenas 58 resultados em 2 bases de dados, utilizando 5 termos, sendo eles 3 em português e 2 em inglês. Cabe ressaltar que, a partir de pesquisas prévias, nota-se uma carência de produções acadêmicas que abordam esse tema, principalmente na área da Biblioteconomia. Este projeto se justifica, portanto, pela necessidade de compreender e fortalecer o papel do bibliotecário como agente de transformação social dentro do ambiente prisional, contribuindo para a formulação de políticas públicas e práticas educativas mais eficazes e humanizadas.

No âmbito pessoal, a pesquisa justifica-se a partir do interesse do autor na temática de Biblioteconomia social e bibliotecas prisionais, compreendidas como propulsoras sociais e culturais ao possibilitarem o exercício da leitura, educação e

reintegração na esfera nacional. Destaca-se que a temática ofereceu ao autor uma nova perspectiva de atuação profissional ao compreender que o exercício da Biblioteconomia atinge diversas camadas sociais e que é um passo essencial no desenvolvimento pessoal de cada indivíduo.

O interesse se fez ainda mais presente ao encontrar um grupo de pesquisa que propõe um projeto de extensão[3] do Instituto de Letras (IL), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), denominado “Projeto Leitura e Remição” (LER), dirigido pelo Professor Doutor Luís Augusto Fischer que visa, juntamente com a APAC Porto Alegre/RS - Partenon, incentivar a literatura e a remição de pena em contexto de cárcere a partir de atividades que visam à educação mediante aulas ministradas por estudantes de graduação, leituras conjuntas e escrita de resenhas.

Ao compreender que o processo de reeducação nas instituições penais demanda uma abordagem multidisciplinar, evidencia-se que a atuação integrada de diferentes profissionais é fundamental para a promoção de diversos saberes e para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de reconhecer o bibliotecário como um agente ativo e imprescindível em múltiplas esferas profissionais, responsável por fornecer informações qualificadas e contribuir para o desenvolvimento pessoal e educacional dos apenados. Assim, consciente do potencial transformador da atuação bibliotecária no ambiente prisional, especialmente no que tange à oferta de estratégias que favorecem o aperfeiçoamento e a reintegração social, justifica-se a realização de um estudo sobre esse tema ainda pouco explorado.

Dessa forma, este estudo propõe-se a contribuir para o campo da Biblioteconomia ao evidenciar a atuação do bibliotecário em um tipo de biblioteca historicamente pouco valorizado, mas que revela um potencial significativo de intervenção social. Por meio da educação em informação e da mediação da leitura, o profissional pode desempenhar um papel estratégico na formação de sujeitos em situação de privação de liberdade, favorecendo processos de autonomia e a construção de novas perspectivas de escolha para essas pessoas.

[3] O Projeto LER é executado pelo Prof. Dr. Luis Augusto Fischer e voluntários, não possuindo vínculo institucional ativo com o IL. Por isso utilizou-se o “propõe um projeto de extensão…”.

3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

A presente seção detalha os procedimentos metodológicos que foram empregados, explicando a natureza da pesquisa e a abordagem, além de elucidar as técnicas utilizadas para coleta e análise de dados. Visando uma maior especificidade dos procedimentos metodológicos, esta seção está dividida em levantamento bibliográfico, procedimento de coleta e análise de dados. Nesse sentido, cada subseção a seguir exemplifica os métodos empregados para cada etapa do estudo.

Esta pesquisa é de caráter aplicado, uma vez que “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Gehardt; Silveira, 2009, p. 37). Nesse sentido, é colocado o foco na análise da educação em informação como forma de contribuição para remição de pena e reintegração dos recuperandos da APAC/RS - Partenon.

Em relação à abordagem, esse estudo se caracteriza como qualitativo, uma vez que se preocupa com a interpretação dos fenômenos de uma perspectiva subjetiva, a partir da análise dos conteúdos a fim de traçar uma teia de significados (Chueke; Lima, 2012). Ao termos a biblioteca prisional como tema de estudo, torna-se evidente a necessidade de interpretação dos fenômenos que ocorrem em uma penitenciária, uma vez que se busca uma avaliação mais aprofundada a respeito da possibilidade de aplicação da educação em informação a fim de potencializar a reintegração dessa população.

Quanto à natureza de seus objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, pois ao abordar um tema pouco discutido na literatura científica, busca levantar informações que contribuam para o entendimento do fenômeno em contextos específicos, além de descrever características desse fenômeno visando a maior familiaridade com o problema e buscando o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008). O fenômeno em questão é a educação em informação como potencialidade para a reintegração dos recuperandos da APAC/RS - Partenon, analisando projetos alternativos como a própria instituição, sua metodologia e o Projeto LER (Leitura e Remição). Destaca-se que a seleção deste objetivo se fez por se tratar de um tema pouco explorado, o que acaba dificultando a formulação de hipóteses precisas (Gil, 2008).

3.1 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso do trabalho é entendido como a análise profunda e exaustiva de um objeto, sendo ele, nesse caso, trinta e sete recuperandos da APAC/RS - Partenon que fazem parte da dinâmica do Projeto LER[4], além dos três discentes que ministram as aulas e o professor responsável pelo projeto. Conforme discorre Fonseca (2002), esse tipo de procedimento focaliza apenas uma unidade: um grupo, uma instituição, um programa ou um evento.

A técnica de coleta de informações dos recuperandos foi um questionário (Apêndice B) com perguntas abertas. A opção pelo questionário justifica-se pela possibilidade de oferecer aos participantes mais tempo e autonomia para refletirem sobre suas respostas, favorecendo a sinceridade das informações cedidas (Gil, 2008). De acordo com Lakatos e Marconi (2017), os questionários permitem que o respondente formule suas respostas de maneira mais livre de pressões externas, o que reduz a influência do pesquisador e minimiza vieses de interpretação. Tal característica é especialmente relevante no contexto prisional, onde a preservação da privacidade e da segurança dos participantes é fundamental (Flick, 2009).

Empregou-se a entrevista padronizada como técnica de coleta de dados, exigindo assim um roteiro previamente estabelecido. Para coletar as informações do Projeto LER, foram selecionados três membros, sendo eles dois discentes que ministram as aulas para os recuperandos da APAC/RS - Partenon e o outro sendo o professor responsável pelo projeto, a fim de mapear a pluralidade de atuações. O critério de escolha para os entrevistados foi o tempo de permanência no projeto e se ministram aulas como professores titulares. As respostas foram transcritas conforme necessário, a fim de fundamentar a argumentação do estudo.

O questionário foi aplicado em um total de 37 recuperandos que integram as aulas do Projeto LER e participam de todas as dinâmicas educacionais propostas pela APAC. Nesse sentido, destaca-se que os recuperandos possuem níveis de escolaridade e idades distintas, o que contribui para uma diversidade de respostas.

A utilização da entrevista e do questionário se propõe a relacionar-se diretamente com os objetivos específicos “b) compreender a importância da

[4] O Projeto Leitura e Remição (LER) é um projeto de extensão dirigido pelo Prof. Dr. Luís Augusto Fischer, professor titular do Instituto de Letras (IL) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tem como foco a realização de aulas sobre produção textual e literatura dentro do cárcere a fim de auxiliar na remição de pena através da leitura.

educação em informação como estratégia de autonomia para pessoas privadas de liberdade;" e "c) investigar se as práticas e metodologias adotadas pela APAC no processo de reintegração por meio da leitura incluem a educação em informação."

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos de coleta de dados se deram em três etapas, sendo eles o levantamento bibliográfico, as entrevistas (cujos roteiros estão no Apêndice A) com os voluntários do Projeto LER e os questionários aplicados aos recuperandos da APAC.

O primeiro procedimento adotado para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica, tendo como núcleo livros e produções científicas a respeito dos temas centrais (Gil, 2008). Para isso, foi utilizada a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Base Internacional Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA). A BRAPCI foi utilizada a fim de recuperar produções nacionais, por se tratar de uma base local. Por conta da pouca recuperação de informação da primeira base, foi contemplada a LISTA, uma fonte internacional, a fim de ampliar o resgate de produções que contemplem os temas centrais. Nesse sentido, priorizaram-se produções na língua portuguesa, inglesa e espanhola.

Os expressões de busca selecionados giram em torno dos objetos focais do estudo. Como termos principais, foram definidos "biblioteca prisional", "educação em informação" e "remição de pena" em português, e "*prisional libraries*" e "*sentence reduction*" em inglês. O termo "educação em informação" foi contemplado em língua inglesa, entretanto não foi possível recuperar nenhum documento de utilidade para o estudo.

Após a definição dos termos, realizou-se a busca nas bases de dados previamente selecionadas, em 15 de agosto de 2025, sem aplicação de recorte temporal e com campos de busca livres. Foram utilizadas aspas duplas ("") entre os termos para garantir maior precisão e especificidade nos resultados obtidos. Utilizou-se o operador booleano AND para restringir os resultados a produções que tenham dois termos. O Quadro 1 apresenta a estratégia de busca e os resultados obtidos.

Quadro 1 – Resultado da coleta de dados

Base de dados	Campos de busca	Estratégia de busca	Filtros	Resultados totais
BRAPCI	livre	“biblioteca prisional”	nenhum	40
BRAPCI	livre	“biblioteca prisional” AND “educação em informação”	nenhum	9
BRAPCI	livre	“remição de pena” AND “biblioteca prisional”	nenhum	2
LISTA	livre	“prisional libraries” AND “sentence reduction”	Idioma: inglês	7
LISTA	livre	“biblioteca penitenciaria” AND “reducción de pena”	Idioma: espanhol	2
LISTA	livre	“biblioteca prisional” AND “redução de pena”	Idioma: português	1
Total				58

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Após a coleta, os resultados obtidos passaram por um processo de limpeza de dados e seleção dos materiais relevantes para a análise, com o objetivo de identificar os documentos de interesse para a pesquisa. A seleção foi realizada mediante a leitura do título, resumo e palavras-chave dos materiais recuperados. Foram avaliados os seguintes critérios de inclusão: a) aborda os dois termos centrais da pesquisa: biblioteca prisional e educação em informação; b) evidencia impactos sociais ou educacionais, mostrando como a biblioteca prisional contribui para a educação em informação.

Dos resultados recuperados na BRAPCI, quatorze puderam ser aproveitados. O restante não possui relevância para o trabalho, muitas vezes não contemplando o tema central ou destoando do assunto. Em relação aos resultados na LISTA, dois foram de utilidade para o estudo, uma vez que o restante possuía pouca relevância acerca das bibliotecas prisionais. Para a análise dos dados, adotou-se a revisão

narrativa, uma abordagem metodológica que visa sistematizar e integrar conhecimentos teóricos e contextuais relacionados a um tema específico, permitindo a construção de uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o objeto de estudo (Clandinin; Connelly, 2000).

Após esse processo, foi realizada uma leitura com o objetivo de entender a relação entre bibliotecas prisionais e a educação em informação, procurando afunilar o assunto de forma mais acessível. Identificou-se modalidades alternativas como a existência de APAC's, movimentos itinerantes e processos de ensino diversificados, sempre visando a biblioteca prisional como objeto central.

A segunda etapa foi realizada a partir de entrevistas estruturadas com perguntas abertas, tendo como grupo focal três atuantes do Projeto LER. A entrevista contém quatro perguntas que incidem em temas como: metodologia e planejamento, limitações de aplicação do projeto e integração com a biblioteca da APAC. A entrevista estruturada justifica-se para garantir que a avaliação seja justa e padronizada, facilitando a comparação e análise (Gil, 2008).

As entrevistas foram realizadas de forma remota através da plataforma *Google Meet*, fornecendo a confiabilidade dos dados e a permissão para a realização das entrevistas. A duração média das entrevistas girou em torno de 51 minutos, tendo pequenas diferenças por sessão.

Para dar seguimento à análise dos dados coletados nas entrevistas, optou-se pela utilização da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), visa interpretar e sistematizar comunicações, buscando descrever o conteúdo das mensagens de maneira objetiva e organizada, possibilitando a extração de significados que respondam aos objetivos propostos em uma pesquisa. Nesse sentido, compreende-se que as principais características desse procedimento são a objetividade, sistematização e inferência, elementos fundamentais para a análise plena do objeto de estudo.

As entrevistas foram transcritas em todos os trechos de potencial relevância, priorizando informações que tangem ao foco do estudo. Após a coleta, o conteúdo foi analisado em três fases, sendo elas: a) fase descritiva, no qual as respostas dos entrevistados foram descritas; b) fase correlacional, no qual essas opiniões e argumentos foram associadas e comparadas; c) fase interpretativa, onde buscou-se interpretar as informações e formar uma conjuntura do que está sendo discutido, conforme preconiza Guerra (2010).

O principal intuito da fase descritiva é demonstrar, de forma sucinta e transcrita, respostas relevantes para a temática central, utilizando-se de citações diretas no decorrer do texto. Optou-se pelo termo “voluntário”, a fim de elucidar as respostas. Somado a isso, temos um número adicionado ao termo e que corresponde à ordem na qual a entrevista foi aplicada. Optou-se por essas substituições em razão do anonimato e segurança de cada sujeito. Sendo assim, temos: Voluntária 1, Voluntária 2, Voluntária 3.

Para a fase correlacional, pretendeu-se relacionar as respostas, procurando encontros e desencontros de eventuais situações pontuadas. Por fim, na fase interpretativa buscou-se explicar e debater os discursos.

A terceira etapa teve como grupo focal os recuperandos e a aplicação de um questionário de quatro perguntas com respostas abertas (Apêndice B), a fim de favorecer um ambiente mais livre e profundo (Gil, 2008). A aplicação dos questionários foi feita de forma presencial, por conta da impossibilidade de encontros virtuais, visto as normativas do regime prisional. Foi garantida a confiabilidade dos dados e a garantia do anonimato, a fim de garantir a segurança dos recuperandos.

O pesquisador esteve presente durante a aplicação para prestar suporte caso houvesse possíveis dúvidas a respeito das informações. Um ponto importante a ser discutido foi a ausência de respostas de um dos recuperandos, uma vez que o mesmo está sendo alfabetizado. Tal ocorrência permitiu a observação de algo que não foi levado em conta durante a formulação do questionário, mas que será levada em conta nas futuras pesquisas.

Para a análise dos dados resultantes do questionário, optou-se novamente pela utilização da análise de conteúdo, pois,conforme aponta Bardin (2011), é uma técnica adequada para a interpretação de significados implícitos, além de ajudar a identificar padrões em contextos sociais complexos, como é o caso do ambiente prisional. Dessa forma, é possível trabalhar com os dados oriundos dos questionários e das entrevistas ao transformar respostas qualitativas em informações organizadas e comparáveis, sem perder a profundidade do discurso (Bardin, 2011). Por conta dessa decisão metodológica, manteve-se as três fases anteriormente mencionadas. Por fim, considerando a opção pelo uso de terminologias específicas de identificação, em razão do anonimato assegurado,

adotou-se as seguintes denominações: Recuperando 1, Recuperando 2, Recuperando 3, e assim por diante.

4 O SURGIMENTO DO CÁRCERE: UMA VISÃO DA ANTIGUIDADE ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

Desde a Antiguidade, já havia uma preocupação com o senso de justiça coletiva, o que tornava necessária a aplicação de medidas punitivas àqueles que violavam as normas da sociedade. A pena, vista como essencial para a manutenção da ordem, teve seu primeiro instrumento formal por volta de 1.700 a.C., com o Código de Hammurabi, elaborado pelo rei da Babilônia. Baseado na Lei do Talião, seu princípio central era “olho por olho, dente por dente” ou “sangue por sangue”. Conforme destacam Freitas, Nascimento e Pérez (2024), as punições nesse período eram marcadas por violência física direta, conforme os preceitos do código.

Antes da aplicação da pena – seja ela corporal ou a morte – havia um tempo de espera até a execução da sentença. Assim, a prisão funcionava apenas como um espaço provisório de detenção. Sob uma perspectiva crítica, entende-se que esse espaço, segundo Silva e Correia (2014, p. 3), era “[...] destinado à prática de tortura, utilizada para obter uma versão dos fatos”. Dessa forma, mesmo em sua forma mais primitiva, o cárcere já se apresentava como instrumento de violência, servindo de etapa preparatória para punições mais severas. Essa lógica punitiva baseada na agressão física permaneceu por séculos, consolidando-se como modelo dominante até o final do século XVIII.

Na Idade Média, compreendida do século V até o século XV, o sistema se mantinha o mesmo. O princípio da violência como punição era inalterado e surge nesse período meios cruéis de tortura, como mutilação, queimaduras e amputações. A mortificação do corpo se faz presente nesse contexto, pois a Igreja Católica promovia a privação voluntária do prazer e do corpo para a dedicação total à devoção espiritual. Dessa maneira, a prática de agressões poderia ser justificada dentro desses locais uma vez que a sociedade da época estava assentada em costumes e crenças direcionadas à religiosidade (Goffman, 2015). Sob esse contexto religioso, surge a prisão eclesiástica que destinava-se aos religiosos contestadores e tinha as ideias de fraternidade, caridade e redenção muito intrínsecas ao papel de reclusão que a prisão estabelecia. Segundo Silva e Correia (2014), esses sacerdotes eram designados para locais que tinham como princípio a reflexão, oração e penitência, traçando uma conexão direta com o costume de mortificação do corpo presente no contexto.

É possível destacar que se depreende um caráter humanitário no tratamento dessas pessoas – mesmo que de forma rudimentar – uma vez que a Igreja não era adepta da pena de morte e, assim, estabelece locais de recolhimento (Silva; Junior, 2014). Nessa perspectiva, é vista a construção de uma prisão mais aproximada com as atuais, mesmo que modificada em alguns aspectos, demonstrando que o contexto cultural e social da época influencia diretamente a maneira que esses espaços se constroem e se estabelecem (Bitencourt, 2011). Não somente bastando as políticas de punição (como nota-se inalterada em ambos contextos), mas o surgimento de pontos que perduram e que perdem a qualidade de espera para algo posterior, como é o caso das prisões da Antiguidade (Silva; Junior, 2014). A evolução desses ambientes se pauta na ótica da justiça e do direito local, evidenciando a existência de uma pena mais humanitária e que visa à recuperação.

Aprofundando a visão da influência social e cultural ligada à punição, Bitencourt (2011) aborda que a pena privativa de liberdade, a mesma que inspirou as prisões modernas, se justifica de maneira integral ao se pautar em ideais calvinistas cristãos, uma vez que penalizava casos específicos dentro da sociedade em que se encontrava. Essas prisões eclesiásticas possuíam arquiteturas específicas – que ainda são comumente visíveis nas prisões atuais – como celas que preconizam a detenção e clausura, além do arrependimento como figura central. Assim, como destaca Bitencourt (2011), percebe-se que a concepção lógica de função e execução se mantém como objeto persistente, mas que se altera perante funções específicas.

Na Idade Moderna, visualiza-se, nos séculos XVI e XVII, grandes mudanças na Europa resultantes de disparidades políticas, sociais e econômicas. As guerras contribuíram para a fome e crise social, além de epidemias de doenças que resultaram em morte e déficits em esferas coletivas (Silva; Junior, 2014). Um dos resultados foi o aumento das taxas de criminalidade, o que levou à necessidade de uma intervenção direta do Estado. Foi nesse plano de fundo que as prisões começaram a ser instaladas e organizadas, mudando sua característica anterior de um lugar de aguardo para a punição. Esse sistema foi pautado na disciplina rígida, no uso da força e na exploração do trabalho físico. Essa abordagem evidencia uma lógica de punição baseada no sofrimento, mais do que em qualquer tentativa de reintegração ou justiça (Goffman, 2015). Essa narrativa histórica revela que o

nascimento de uma estrutura brutal como um local de punição se perpetua ao longo do tempo e ecoa em diversos aspectos sociais.

No século seguinte surgem ideologias que se pautam no Iluminismo, em ascensão na época. Essas correntes ideológicas focaram no humanitarismo e na preservação da condição humana. Nesse contexto, Cesare Beccaria (2011) critica a arbitrariedade das punições e a ausência de proporcionalidade entre pena e delito. Dessa forma, o objetivo da sanção penal deveria ser a prevenção racional, não a vingança pública. Embora tais ideias tenham influenciado reformas, como as propostas por John Howard, pai do penitenciarismo – defensor de condições mínimas de higiene, alimentação e assistência médica nos presídios – é importante reconhecer que essas medidas demoraram séculos para serem efetivamente implementadas (Bitencourt, 2011). Isso demonstra uma grande resistência por parte do sistema penal em reconhecer o preso como sujeito de direito e evidencia a persistente marginalização do ser humano em nome da ordem social.

Sob essa ótica, evidencia-se que até mesmo no humanitarismo iluminista existiam contradições. A exemplo de John Howard que, apesar de propor grandes avanços, mantinha elementos punitivos como o isolamento noturno, o trabalho obrigatório e a separação por idade e gênero – uma medida altamente importante – de forma incisiva. Nesse sentido, notamos que tais práticas reforçam o argumento de Zaffaroni (2001), que elucida que o direito penal historicamente atuou como um instrumento seletivo de repressão, mais voltado à manutenção da ordem e das hierarquias sociais do que à efetiva justiça. Seguindo essa linha de análise, Foucault (1987) discute a penalidade incorpórea ao demonstrar que o sistema penal migrou do foco na violência física e na punição direta para formas mais sutis de coerção, apresentadas como mais “justas”. Assim, a penalidade – como o enclausuramento, por exemplo – opera sobre os indivíduos como um sistema de coação, privação, obrigação e interdição. Esse paralelo é relevante, pois mostra que, embora o sistema penal tenha se transformado ao longo do tempo, muitos de seus mecanismos continuam atuando sob novas formas e em diferentes esferas.

Essa continuidade torna-se evidente ao observarmos que a violência persiste no cárcere por séculos, mesmo diante de medidas que buscam reduzi-la ou eliminá-la. A agressão, nesse sentido, desloca-se da esfera física para a psicológica e para formas sutis de controle inseridas nos regimes políticos (Foucault, 1987). Arendt (1999) chama esse processo de autoengano – a capacidade de uma mentira

se instalar no discurso político e ser amplamente aceita e operacionalizada. Essa lógica se evidencia nas narrativas carcerárias que justificam o encarceramento como um meio de cura e transformação dos sujeitos quando, na prática, perpetuam mecanismos de dominação.

Ao olharmos esse cenário de forma ampla, compreendemos que, dentro desse sistema, opera um instrumento crucial que Arendt (1999) denomina banalização do mal. A negligência diante de práticas violentas e autoritárias no cotidiano abre espaço para sua naturalização na esfera social e política. Dessa forma, não é difícil compreender como indivíduos inseridos em sistemas altamente burocratizados praticam o mal não por crueldade, mas por conformismo e obediência, sem qualquer reflexão ética. No sistema carcerário, a violência estrutural, a tortura psicológica e o abandono deixam de ser vistas como exceções e tornam-se partes integrantes do processo, revelando um mal banalizado e legitimado socialmente. Nesse sentido, a banalização do mal atua como peça fundamental ao manter a funcionalidade do sistema carcerário, mesmo diante de sua evidente falência moral e humanitária.

Traçando um paralelo direto à sociedade brasileira, a partir das transformações e persistências observadas no sistema penal europeu, é impossível desconsiderar o papel da escravidão na consolidação de um sistema penal estritamente seletivo no Brasil (Freitas; Nascimento; Pérez, 2024). Historicamente, durante o período colonial, as punições eram aplicadas de forma desproporcional aos corpos negros escravizados, que eram considerados propriedades e sujeitos a castigos físicos extremos como método de controle e repressão (Freitas; Nascimento; Pérez, 2024).

Como aponta Foucault (1987), o poder punitivo se exercia não apenas para educar ou corrigir, mas para marcar, submeter e excluir determinados corpos, algo evidente na mentalidade escravocrata que criminalizava o negro fora da tutela de seu senhor. Conforme Almeida (2019) situa, o sistema colonial prisional não pode ser compreendido isoladamente das práticas escravistas que o antecederam e coexistiram. A prisão, na colônia, funcionava muitas vezes como a extensão da escravidão, servindo para controlar e punir corpos racializados e marginalizados – em especial a população negra e indígena – o que reforça uma lógica de dominação social e racial.

É importante compreender o cárcere como um espaço de anulação da individualidade e da subjetividade humana. Goffman (2015) as classifica como instituições totais, ou seja, espaços onde todos os aspectos da vida dos sujeitos são controlados por um órgão central, estabelecendo assim uma ruptura entre a sociedade dentro e fora dos muros. Nesse ambiente, a pessoa privada de liberdade passa por um processo de despersonalização, no qual sua identidade é fragmentada e substituída por uma nova vivência marcada por ordem, disciplina e vigilância constante. No contexto brasileiro, tal lógica é aplicada de forma desproporcional, uma vez que atinge de forma mais intensa nos indivíduos negros e pobres, reforçando o papel que fundamenta a prisão como um instrumento de molde para subjetividades subalternizadas e perpetua a desigualdade nesses espaços de forma constante (Pinto, 2023).

Dessa maneira, compreendemos que o cárcere moderno nasce de uma progressão histórica das práticas escravocratas (observadas no Brasil Colônia, por exemplo) e são manuseadas como instrumentos de controle e exclusão social, muitas vezes ultrapassando o âmbito jurídico e tornando-se um alicerce a determinados sistemas econômicos e raciais (Davis, 2018). Almeida (2021) por sua vez, evidencia que o sistema penal brasileiro acaba reproduzindo comportamentos e desigualdades estruturais herdadas do período colonial, enfatizando que a criminalização em massa de corpos negros e pobres elucidam a função social da prisão como mecanismo de manutenção das hierarquias sociais e econômicas.

Elencando o papel econômico que a prisão possui, depreendemos que o trabalho como diminuição de pena surge como uma ferramenta de redução de despesas geradas pelos presos aos cofres públicos, uma vez que é uma forma de combater a ociosidade e manter a ordem (Freitas; Nascimento; Pérez, 2024). Nesse sentido, medidas com a finalidade de geração de lucro ignoram o viés educativo estabelecido pelos princípios dessa instituição, visando uma falsa educação e propiciando, através da mão de obra local, a capitalização financeira. Ampliamos essa perspectiva ao visualizarmos essa estrutura do sistema penal como ferramenta colonial que perpetua a violência e abuso estatal sob a lógica de uma “ordem social” inexistente, aproveitando-se dos “frutos” que esse sistema oferece.

Assim, a prisão colonial brasileira não apenas reproduziu o modelo punitivo europeu, mas o amarrou a uma matriz racial e econômica própria que se aproveita da exploração de indivíduos e ecoa no sistema penal contemporâneo (Freitas;

Nascimento; Pérez, 2024). Essa conexão entre cárcere e escravidão reforça a argumentação de Zaffaroni (2001) e Foucault (1987) sobre a função do direito penal como objeto de controle e exclusão, mais do que de justiça propriamente dita. O encarceramento em massa e a seletividade penal atuais podem ser compreendidos, assim, como expressão social e histórica de um sistema que se mantém determinado a marginalizar grupos específicos, reafirmando a violência estrutural no Brasil.

Sob uma perspectiva crítica, é impossível dissociar o sistema prisional contemporâneo da lógica capitalista que o sustenta. Como afirma Davis (2018), o cárcere é parte de um complexo industrial-prisional, em que a punição se converte em mercadoria e o aprisionamento se torna fonte direta de lucro. A superpopulação carcerária, especialmente de pessoas negras, pobres e periféricas, acaba se tornando um mecanismo de controle social à manutenção da ordem capitalista, reforçando desigualdades sociais vigentes e racializadas.

Nos anos de 1980 ocorrem mudanças sociais e regulações no mundo todo, exigindo com que diversas políticas públicas sejam repensadas e haja alterações nos parâmetros regulatórios em relação ao cárcere (Freitas; Nascimento; Pérez, 2024). Nesse sentido, nasce uma nova regulamentação aplicada pela Lei de Execução Penal (LEP) – nº 7.210/1984 que define em linhas gerais “[...] os deveres do Estado e os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade por meio da criação e implementação de políticas públicas” (Freitas; Nascimento; Pérez, 2024, p. 91). Percebemos nesse contexto uma movimentação global em torno de direitos humanos, o que exige um novo olhar sobre todo o plano social que, nesse contexto, é focalizado na prisão. Como mencionam as autoras, a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 acaba fortalecendo e reafirmando as questões levantadas pela LEP, que visavam, acima de tudo, a diminuição da taxa de criminalidade do país. Fato esse que, apesar de ser posto no papel, não cumpre diretamente o que promete.

Dessa forma, Foucault (1987) denuncia que o surgimento das prisões modernas – modelos muito parecidos com os contemporâneos – não ocorreram com um ideal de humanização e de reabilitação, mas como resposta funcional a um novo tipo de sociedade disciplinar que almejava organizar a força de trabalho, controlar corpos e produzir sujeitos obedientes e dóceis. A prisão surge então como uma tecnologia de poder, um instrumento disciplinar que busca moldar

comportamentos, reprimir a desavença e atuar em harmonia com os interesses do capital e do Estado. Em contrapartida, a educação em informação contribui para libertar os sujeitos do aprisionamento causado pela ausência de uma educação da qual a esfera instrutiva não deu conta, tampouco fomentada pelo Estado, uma vez que são poucas as políticas públicas para sujeitos marginalizados.

Wacquant (2007) demonstra que o neoliberalismo está longe de promover liberdade e acaba intensificando o encarceramento como forma de gerir a exclusão social que ele mesmo perpetua. Um reflexo evidente disso são os costumes e moldes de cárcere herdados de diferentes países, mas com lógicas muito semelhantes, segregação e especificação de sujeitos. No Brasil, esse formato é composto sob um olhar racializado e estrutural na nossa esfera governamental que, em vez de fornecer políticas sociais, acaba adotando a repressão penal (Silva; Carvalho, 2023). Dessa forma, ao retirar o acesso à cidadania plena a esses indivíduos, o Estado encontra no cárcere uma continuidade da lógica escravista sob novos contornos institucionais.

Apesar da formalização legal e da robustez teórica que fundamenta a LEP – nº 7.210/1984, compreende-se que a realidade das bibliotecas prisionais nacionais está muito distante do ideal. O diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2022) evidencia que as bibliotecas, em sua grande maioria, operam de maneira informal e acabam sendo sustentadas por doações e trabalhos voluntários, demonstrando a falta de fomento por parte do Estado. A falta de orçamento específico, diretrizes nacionais e a não integração com políticas prisionais acaba conduzindo as bibliotecas a meros anexos dentro do sistema prisional. A prisão, nesse caso, acaba abstendo-se do papel reintegrativo e convive com problemas crônicos e estruturais.

Atualmente, o cárcere se apresenta como um dispositivo complexo e contraditório. Inicialmente foi projetado para privar pessoas de liberdade e assegurar direitos fundamentais, porém, na prática, persiste como espaço de violência estrutural, estigmatização e segregação. A legislação brasileira contemporânea, em especial a Lei de Execução Penal (LEP) e as normas constitucionais que reforçam a dignidade da pessoa humana, afirma objetivos claros para o sistema prisional: a garantia de condições mínimas, a assistência educacional, social e profissional e a tutela dos direitos fundamentais. No entanto, como evidenciam diagnósticos institucionais (Brasil, 2022), existe um abismo entre as previsões legais e a

realidade cotidiana das unidades prisionais: superlotação, ausência de infraestrutura, insuficiência de políticas públicas continuadas e a fragilidade na implementação efetiva de programas educativos e laborais. Tais condições neutralizam as intenções expressas em lei e reproduzem práticas punitivas e excludentes.

A educação em informação e as bibliotecas prisionais ocupam um papel estratégico na reinserção social dentro do cárcere. A biblioteca, quando estruturada como centro ativo de aprendizagem, leitura e acesso à informação, pode ampliar competências como a alfabetização, o pensamento crítico e propor reflexões importantes. Munida da educação em informação, podem ser viabilizadas como locais para a oferta de cursos, oficinas, materiais de estudo e funcionar como espaço de convivência cultural e de reflexão, favorecendo processos de ressignificação pessoal. A educação em informação, aplicada nesse contexto, não se limita ao ensino de habilidades técnicas, mas contribui para o desenvolvimento da autonomia cognitiva, senso crítico e capacidade de participação social. Essas são competências essenciais para que o recuperando negocie oportunidades no mercado de trabalho, compreenda e exerça direitos civis e restabeleça vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, entende-se que transformar o cárcere em um ambiente realmente orientado à reintegração requer mais do que normas no papel: exige investimento material, formação profissional de servidores, articulação intersetorial com educação e trabalho e a valorização de espaços educacionais como as bibliotecas prisionais. Ao priorizar a educação em informação nesses locais, o Estado possibilita que os recuperandos consigam sair reintegrados do cárcere, papel esse que encontra-se no cerne das prisões.

Nesta seção, observou-se a constituição do cárcere e seus desdobramentos durante os séculos, ultrapassando medidas que consideravam uma punição imediata e somando-se a medidas que visão a apreensão dos sujeitos, muitas vezes dificultando a garantia de seus direitos e impossibilitando uma reintegração social através dos modelos carcerários tradicionais. Assim, será discutido na próxima seção a biblioteca prisional como espaço de reintegração social, suas perspectivas e sua constituição como direito vital para a estruturação de um regime que foca na educação como pilar vital.

5 A BIBLIOTECA PRISIONAL COMO ESPAÇO DE REINSERÇÃO SOCIAL

As bibliotecas são locais extremamente importantes na constituição de uma sociedade democrática e informacional, uma vez que viabilizam o acesso à informação e no auxílio da formação individual. Na atualidade, exercem papéis multidisciplinares e, juntamente com os bibliotecários, abrem margem para alcançar setores historicamente marginalizados. Nesse sentido, podem se tornar espaços vivos, que se moldam de acordo com as demandas e necessidades do local (Lindemann, 2020). Dessa forma, ao pensarmos em bibliotecas prisionais como instituições complexas e localizadas em um ambiente muito específico, torna-se necessário reconhecer que elas atendem a requisitos pontuais e urgentes, que extrapolam o escopo convencional desse equipamento cultural.

Ao colocarmos a penitenciária como foco de um cenário marcado por exclusão, lógica de dominação e violência estrutural, é necessário pensar a respeito de novas possibilidades de resistência e reconstrução que podem existir dentro do cárcere (Goffman, 2015). Sabemos que, apesar de a estrutura prisional ter surgido historicamente como uma ferramenta de supressão e modeladora de corpos indisciplinados, surgem iniciativas que, apesar de limitadas, buscam romper com esse ciclo constante de opressão. As bibliotecas acabam sendo percebidas como uma brecha nesse sistema, pois são espaços de conhecimento, onde a escrita, a leitura e a aprendizagem tornam-se ferramentas de reumanização e reconstrução de identidade para os apenados (Lindemann, 2020).

As bibliotecas prisionais nascem em um contexto onde a realização de leitura nos presídios americanos, em 1870, tornara-se elemento fundamental na parte de reintegração dos presos a partir da educação, como destacam Leite e Silva Neto (2011), permitindo que essas instituições recebessem bibliotecas como parte integradora de seu sistema. Em 1915, a American Library Association (ALA) estabelece normas específicas para complementar a inserção desses locais, o que demonstra um apoio político e social nesse âmbito. Nesse sentido, os autores continuam discutindo sobre o papel de outras organizações, como a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que estabelece uma política internacional, em 1997, que serve como parâmetro para toda prisão que possui uma biblioteca. Vemos que surge uma importância assídua, quando se trata de recuperação dentro de esferas carcerárias.

No Brasil, a biblioteca prisional, conforme instituída na LEP, tem como papel central a oferta de suporte para toda a formação que o apenado irá realizar, conforme citam Sousa e Farias (2023). Nesse sentido, destaca-se a existência da Resolução nº 321 de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que menciona a necessidade de uma biblioteca e um acervo que considere os usuários do local. Categoricamente, entendemos que, em termos jurídicos, há a existência de suporte destinado a essas instituições e que visam a educação das pessoas privadas de liberdade. Entretanto, somente a criação de bibliotecas não basta, uma vez que se faz necessário a presença de um profissional qualificado para atuar diretamente nessas situações.

Compreende-se então que as prisões possuem em seu cerne o princípio de uma reeducação. Além disso, devem executar o papel de facilitadores de acesso à informação, educação e cultura. Essas propostas são pautadas na lógica da reinserção de indivíduos e na oferta de oportunidades, uma vez que conciliam medidas socioeducativas em um ambiente opressivo e de difícil acesso. Visualiza-se então que o Brasil possui regulações a respeito da reintegração social dentro do cárcere como forma de assistência à essa acessibilidade.

Apesar da LEP de 1984 assegurar no artigo 17º que “a assistência educacional compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso” e, no artigo 21º, que “[...] dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos [...]”, a realidade prisional brasileira revela uma distância gritante entre a norma e sua efetivação (Brasil, 1984).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de julho de 2016, aproximadamente 64% das pessoas privadas de liberdade no sistema carcerário são negras[5] (soma das categorias pretas e pardas), e 51% não concluíram o ensino fundamental. Ao lermos esses dados, evidencia-se uma correlação entre raça, baixa escolaridade e encarceramento, o que reflete desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira.

Nesse contexto, as bibliotecas prisionais emergem com a possibilidade de se tornarem espaços de resistência e transformação. A leitura desempenha um papel

[5] Esse dado leva em conta 493.145 pessoas (72% da população prisional total) que estavam com o dado sobre raça/etnia atualizada dentro do sistema. Informação disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

fundamental e multifacetado na sociedade, trazendo uma série de benefícios que auxiliam indivíduos, comunidades e pluralidades. Ela é entendida como parte integrante da educação, fornecendo informação, construção de identidade, fortalecimento cultural e engajando e mobilizando socialmente. Petit (2010) destaca que a leitura pode ser um instrumento de reconstrução subjetiva, permitindo que indivíduos em situação de vulnerabilidade ressignifiquem suas experiências e projetem novos futuros. Para a autora (Petit, 2010), a leitura pode ser uma forma de resistência simbólica, uma maneira de manter viva a capacidade de imaginar e de pensar por si mesmo.

Mas de que forma uma biblioteca deve atuar para que possa oferecer um espaço de mobilização e veemência? É nesse sentido que entra a atuação do bibliotecário, juntamente com o fortalecimento de uma educação crítica. Seu papel faz-se fundamental nesse ambiente uma vez que o bibliotecário é reconhecido como um agente comprometido com democratização, educação e promoção de leitura. As autoras Sousa e Farias (2023), sinalizam que os bibliotecários possuem a competência de promoverem formação libertadora, o que serve de estímulo para a atuação da educação em informação quando falamos das pessoas privadas de liberdade.

É nesse sentido que nasce a preocupação basilar da implementação da leitura dentro de projetos fundamentais no cárcere. A LEP de 1984 assegura a existência de assistência educacional e reconhece o papel integrativo e ressocializador do ambiente carcerário, tentando de alguma forma inserir esses segmentos dentro da prisão.

Os bibliotecários, então, devem incorporar em sua atuação um caráter educacional e auxiliar no fortalecimento da integridade social dos indivíduos apenados. Esse suporte se dá a partir de aplicação de ferramentas que possam ser inseridas e estruturadas a fim de contribuir para a melhoria de um cenário repressivo e que omite direitos. A aplicação da educação em informação se mostra benéfica nesse contexto.

A educação em informação tem como caráter principal a promoção de uma educação crítica e reflexiva, fundamentais no processo de aprendizado de qualquer indivíduo. Nesse sentido, tal ferramenta educa seu público para o uso crítico da informação e de sua apropriação, incentivando seu protagonismo social e sua

identificação como sujeito capaz de promover mudanças. (Dedavid; Martini; Borges, 2023).

No processo de independência, há a necessidade de entender que o aprendizado não deve ser imposto, mas explicitado e mediado a fim de, primeiramente, entender seu contexto cultural, social, político e econômico (Borges; Brandão; Soares, 2022). Segundo dados apresentados no Relatório de Informações Penais (RELIPEN) no segundo semestre de 2023, divulgados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), existem um total de 14.324 pessoas analfabetas no sistema penitenciário brasileiro, havendo na soma total a inclusão do sexo feminino e masculino.

Por outro lado, o RELIPEN do primeiro semestre de 2024 demonstra que, dentro do cárcere, 15.170 são analfabetas. Esses dados, ao serem confrontados com o relatório mencionado anteriormente, evidenciam um aumento significativo de pessoas inseridas no cárcere que não possuem letramento. Esse conhecimento se faz muito necessário no ambiente carcerário pois, como argumenta Britto (2007), o letramento é indissociável do conhecimento formal e de mundo, uma vez que é o processo de inserção do indivíduo na sociedade através da linguagem e da escrita, saindo do lado mais tecnicista de somente aquisição de língua.

Dessa forma, podemos estabelecer um paralelo onde o aprendizado e ensino de letramento – fortalecido pelo argumento de Britto (2007) – e o uso de educação em informação proposta por Martini e Borges (2023) auxiliam no desenvolvimento do indivíduo enquanto parte de um coletivo social, político e crítico.

Há, assim, uma maneira alternativa de ajudar e introduzir o auxílio à educação dos apenados. A atuação da biblioteca ao ofertar de forma conjunta a educação em informação, faz-se necessária em um ambiente onde a taxa de analfabetismo, a falta de acessibilidade e a falta de educação são alarmantes. Sousa e Farias (2023) abordam que, em situações específicas como bibliotecas prisionais, há a necessidade de reformular algumas práticas comumente integradas à profissão, uma vez que as demandas e necessidades se modificam constantemente.

Evidenciando que a biblioteca desempenha papel fundamental na construção da educação para pessoas apenadas, torna-se imprescindível refletir sobre o fato de que, apesar do reconhecimento da importância do profissional da informação no contexto prisional, ele não está incluído no quadro funcional do Departamento

Penitenciário Brasileiro (Depen), responsável pela regulamentação burocrática da inserção desses profissionais nas instituições.

Muitas prisões atuais utilizam o próprio detento para esse tipo de gestão, ignorando muitas vezes a difícil tarefa da manutenção de uma biblioteca. Não à toa, entendemos que aqui surge uma perspectiva de mão de obra com o falso intuito de reeducação, uma vez que não são ofertadas competências ou conhecimentos específicos para a execução de uma tarefa. Sousa e Farias (2023) reforçam esse argumento quando explicitam que:

> As especificidades do ambiente prisional revelam alguns aspectos que devem ser considerados quando se trata das bibliotecas prisionais, no que se refere ao emprego das teorias/técnicas aprendidas no âmbito da Biblioteconomia, principalmente quanto à disposição das estantes na biblioteca prisional, uma vez que elas precisam seguir um padrão em que deixe visível o apenado que entra no espaço (Sousa; Farias, 2023, p. 6).

Sendo assim, torna-se imprescindível que o profissional, por meio da biblioteca prisional, seja inserido nesses espaços para fornecer serviços de maior qualidade e conseguir aplicar, de forma efetiva, conceitos promovidos pela educação em informação como o pensamento crítico. Tendo isso em mente, torna-se explícito que a aplicação desse tipo de conhecimento fornece características de aspecto positivo para o apenado.

No Brasil, em 04 de maio de 2021, foi regulamentada a Resolução aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à respeito da redução de pena a partir da leitura de livros. A remição de pena por estudo existe desde 2011, sendo um direito garantido para a população carcerária previsto na LEP 7.210/84 a fim de afirmar o estudo como meio de ressocialização. Nesse sentido, a resolução assegura que três atividades educacionais sejam contabilizadas para o cálculo durante o período de encarceramento. São elas: educação regular (escolas prisionais), práticas educativas não-escolares[6] e leitura.

Segundo o CNJ, o apenado que decidir aplicar a essas atividades deverá cumprir uma série de requisitos estabelecidos a partir de cada atividade educacional anteriormente comentada. O relatório de 2019, do Depen, divulgado pelo órgão mencionado traz dados de que, dos 748 mil presos, 327 mil não completaram os

[6] Práticas educativas não-escolares incluem atividades de natureza cultural, educativa, de capacitação profissional, de saúde etc. Essas atividades devem ser feitas de forma voluntária e integradas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) conforme a Resolução CNJ nº 391/2021.

nove anos do ensino fundamental e 20 mil são considerados analfabetos. Novamente, percebemos aqui números alarmantes que evidenciam a situação crítica da educação dentro do contexto brasileiro e que atinge diretamente a esfera prisional.

Uma vez estabelecidas normas e critérios, o CNJ se propõe a aplicar essas estrutura de forma pontual dentro de todas as prisões brasileiras, garantindo o acesso a todos os brasileiros que estão nesses locais. Dessa forma, a comprovação de leitura se dá a partir de empréstimos fornecidos pela biblioteca da instituição e, futuramente, o preso deverá apresentar um Relatório de Leitura que será remetido à Vara de Execuções Penais (VEP) ou uma Comissão de Validação instituída pela VEP. Cada obra lida reduz ao total 4 dias de pena por pessoa. A resolução estabelece um limite de 12 livros lidos por ano, o que contabiliza, no total, 48 dias remidos anualmente.

Destaca-se que, segundo o próprio CNJ, fica vedada a censura, a existência de listas prévias de títulos e a aplicação de provas, como forma de respeito à Lei nº 13.696/2018 que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita. Conforme o próprio Conselho, a Resolução propõe a existência de estratégias que visam o reconhecimento de leitura por pessoas com deficiência, analfabetas ou com defasagem de conhecimento.

Entretanto, segundo o Censo Nacional de Práticas de Leitura em Prisões (2023), fornecido pelo CNJ, aproximadamente 30,4% das unidades não possuem uma biblioteca ou espaços de leitura, o que demonstra a dificuldade de acesso à lei anteriormente discutida. Além disso, o censo explicita que apenas 7% possuem bibliotecários atuantes, o que indica uma escassez de profissionais especializados para gerenciar e auxiliar na construção de um espaço educacional e informacional, o que compromete diretamente a eficácia da leitura – e da remição de pena – dentro das prisões.

Em relação às práticas não-escolares, serão cobradas de instituições autônomas, de ensino público ou privado, os objetivos e conteúdos, além de uma base teórica, uma metodologia, carga horária e frequência. A remição de pena, nesse sentido, se dá a partir da matrícula em algum projeto não-escolar dentro da instituição penal e do cumprimento de horas.

A remição de pena serve como uma alternativa para os apenados dentro do cárcere, pois apresenta-se como uma janela de oportunidade dentro de um

ambiente defasado. A importância da ressocialização dentro desse sistema pode ser proporcionada por agentes educativos – a exemplo dos bibliotecários – que, apesar de não executarem efetivamente uma educação tradicional, podem munir-se a partir da educação em informação e mediar processos educativos de forma dinâmica e integrativa. A ausência desses profissionais no quadro funcional das prisões demonstra a falta de oportunidade de aplicabilidade de educação equitativa e alternativa, limitando as instituições apenas a locais de poder e opressão.

A biblioteca prisional pode fornecer reflexões importantes que visam o indivíduo através da educação em informação, como por exemplo:

a) promover a capacidade de localizar, avaliar e usar as informações de forma crítica através de dinâmicas no espaço prisional e na biblioteca;
b) oferecer acesso a conteúdo formador como cursos, oficinas, materiais de estudos, conteúdo jurídico e profissionalizante;
c) funcionar como espaço de convivência cultural e reflexão, favorecendo processos de ressignificação pessoal.

A educação em informação, aplicada nesse contexto, não se limita ao ensino de habilidades técnicas, uma vez que ela contribui para o processo de apropriação da autonomia cognitiva, senso crítico e capacidade de participação social. Essas competências são essenciais para que o recuperando negocie oportunidades no mercado de trabalho, compreenda e exerça direitos civis, e restabeleça vínculos familiares e comunitários.

Nesta seção, compreende-se o surgimento da educação no cárcere como forma de reintegração e observou-se a multiplicidade de atuações das quais as bibliotecas prisionais podem atuar. Munindo-se da educação em informação, tais espaços possuem estratégias de aplicação de uma educação mais crítica, reflexiva e subjetiva. Entretanto, fatores como a falta de bibliotecários, o escasso número de bibliotecas e as dificuldades latentes da prisão tal qual analfabetismo e violência, influenciam diretamente para a dificuldade da aplicação de uma educação em informação. Na próxima seção, irá ser abordado pontos que demonstram as potências da educação em informação unindo-se a reintegração social de encarcerados.

6 A EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A educação é um direito básico garantido no Brasil pela Constituição Federal de 1988, assentando-se como um direito social individual e coletivo. Sob essa ótica, compreende-se que a educação deveria ocupar um papel central no tecido social e no desenvolvimento populacional, servindo como cerne para uma formação cidadã. A informação, associada diretamente com a educação, serve como um elemento vital para a progressão social.

Sabe-se que é por meio da informação que esferas públicas, educacionais, políticas e civis se formulam, fortalecendo de forma direta a democracia e a participação pública. Entretanto, Zattar, Barbosa e Borges (2023) sinalizam que o mau uso da informação tem gerado desafios sérios como a proliferação de conteúdos fraudulentos, enganosos ou descontextualizados, resultando diretamente num processo de desinformação generalizado.

É nesse contexto que, diante da dimensão informacional contemporânea, percebe-se a dificuldade de lidar com a desinformação nas esferas sociais. Tendo isso em mente, Zattar, Barbosa e Borges (2023) propõem a educação em informação como um passo importante no enfrentamento à desinformação, uma vez que

> [...] atua na raíz do uso da informação, ou seja, prepara as pessoas para que possam escolher e gerar conteúdos corretos, úteis e saudáveis a partir de um processo educativo que promove a crítica a partir da solidariedade e corresponsabilidade (Zattar; Barbosa; Borges, 2023, p. 2).

A educação em informação parte de um princípio que compreende a formação individual além de uma instrumentalização operacional e que almeja o pensamento crítico. Ou seja, muito mais do que se apropriar em conceitos específicos e reproduzi-los, espera-se que as informações sejam pensadas, refletidas e debatidas.

Atrelada a ela, encontra-se o pensamento crítico, resgatado das teorias de Paulo Freire no campo da pedagogia crítica. O autor ressalta a importância de considerar sempre o contexto ao qual o sujeito está inserido e suas experiências individuais. Nesse sentido, depreende-se que a educação em informação, em seu seio, utiliza a educação libertadora como uma forma de empoderamento pessoal,

onde o indivíduo é estimulado a pensar criticamente a respeito de seu local no mundo e o ambiente ao seu redor, incentivando o protagonismo social (Dedavid; Martini; Borges, 2023).

Dedavid, Martini e Borges (2023), comentam que, nesses casos, os sujeitos se tornam agentes ativos em uma espécie de “ensino aprendizagem” onde ocorrem trocas, informações, conhecimentos, contestações e experiências pessoais. Dessa maneira, mais do que participantes, esses grupos tendem a produzir e consumir informação de uma maneira diferente e coletiva. Como parte essencial do processo, percebe-se a existência do pensamento crítico no contexto educativo.

As discussões a respeito do pensamento crítico surgem a partir de Paulo Freire e suas pesquisas fundamentadas na formação do indivíduo perante a educação bancária (Freire, 2019), visualizada pelo autor como algo presente na estrutura tradicional educacional. A educação bancária é compreendida como um modelo onde o foco da relação aluno-professor é o depósito de informações específicas nos educandos, a fim de cumprir algo pré-definido (Freire, 2019).

Nesse sentido, dificilmente enxerga-se um pensamento reflexivo e crítico, que se preocupe com discussões ao seu entorno. Pontes e Pimenta (2019), visualizam esse modelo como uma forma de conformidade, fato esse que pode atrapalhar eventuais desenvolvimentos democráticos e sociais. A educação bancária, sendo assim, não fornece um ensino preocupado na reflexão, posicionamento, questionamento, dúvida ou busca, o que reduz sua potência formadora (Pontes; Pimenta, 2019).

Borges, Silva e Machado (2024) pontuam que a educação em informação é uma formação imprescindível e vital para um desenvolvimento cívico e de atuação social, uma vez que tem como cerne a formação de sujeitos para uma relação consciente a respeito das informações que circulam suas vivências e cotidianos. Na esfera prisional, entende-se que esse tipo de “micro-universo” acaba restringindo pontos cruciais em questão de desenvolvimento e preparação crítica do indivíduo (Foucault, 1987).

Atrelada a formação crítica do sujeito, pautado na educação em informação como ferramenta auxiliar, Bertoleza e Juvêncio (2024) evidenciam que a remição por pena no Brasil acaba sendo prática excludente, uma vez que acaba dificultando o acesso ao direito de remir a pena pois, para isso, são necessárias habilidades como ler, escrever e redigir uma resenha. Como menciona Kaefer (2025), o termo

“educação” presente no conceito remete a necessidade de educação de indivíduos com o objetivo de conscientização, fortalecendo a tomada de decisões.

Dessa forma, inserindo a APAC como ponto focal e destacando as atuações educativas propostas pela instituição e por projetos externos como o Projeto LER, nota-se uma aplicação diversificada que evidencia a educação em informação. O processo de desenvolvimento dos sujeitos perspassa diversos campos, tais qual o pensamento crítico, a troca de experiências pessoais, a identificação de si no local em que se está situado – tanto coletivamente como individualmente – e tais pontos culminam na autonomia e na ressignificação pessoal.

Assim, entende-se que a educação em informação é uma estratégia de enfrentamento perante algumas limitações do cárcere. Ela bate de frente com princípios anteriormente discutidos como a mortificação do ser (Goffmann, 2015) e propicia uma garantia de direitos ao auxiliar no processo de aquisição da informação e seus desdobramentos.

No contexto prisional, essa concepção acaba ganhando mais relevância, visto que a educação em informação se configura como um recurso de enfrentamento às limitações estruturais e simbólicas impostas pelo cárcere. Como argumenta Foucault (1987), a prisão tende a atuar como espaço disciplinador, restringindo os seres e suas subjetividades. Nesse cenário, práticas educativas críticas podem funcionar como instrumentos de resistência e construção identitária. A perspectiva de Petit (2010) contribui para o entendimento desse processo, uma vez que a leitura, mesmo em ambientes de adversidade, possibilita o indivíduo a criação de um espaço íntimo de reflexão e ressignificação de mundo, permitindo o exercício da imaginação e da autonomia.

Nesse sentido, iniciativas como as desenvolvidas nas APACs representam alguns exemplos de como a educação em informação pode vir a ser aplicada de maneira transformadora, juntamente com projetos exteriores à exemplo do Projeto LER. Assim, podemos observar que as aulas fornecidas pelo Projeto LER pontuam elementos basilares da educação em informação, a exemplo das aulas expositivas, geração de debates e desenvolvimento de senso crítico a partir da escrita de resenhas e trocas coletivas.

As APACs, ao se distanciarem do modelo prisional punitivo tradicional (FBAC, 2025), investem em atividades educativas e culturais que estimulam a corresponsabilidade, a criticidade e o protagonismo dos recuperandos, favorecendo

sua reinserção social. Projetos como o Projeto LER, inserido nesse contexto, tornam-se estratégicos por ampliarem o acesso à leitura e à produção de sentidos, de modo que o ato de ler não se reduz a uma técnica, mas se transforma em vivência formativa e emancipadora.

Assim, ao relacionar educação em informação, pedagogia crítica e experiências de leitura – nesse contexto sendo elas individuais ou coletivas – nota-se que o acesso ao conhecimento, a troca e a possibilidade de reflexão crítica são elementos fundamentais para a construção de trajetórias mais autônomas e conscientes. Tais práticas não apenas contribuem para a remição da pena, mas, sobretudo, ressignificam a experiência prisional, possibilitando que os sujeitos se reconheçam como agentes de transformação de si mesmos e de seus contextos sociais.

Em síntese, a articulação entre educação em informação, pensamento crítico e práticas educativas desenvolvidas em contextos prisionais evidencia que a formação cidadã ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e se consolida como processo emancipatório, capaz de promover autonomia, corresponsabilidade e ressignificação das experiências individuais. Na próxima seção, será discorrido a respeito do papel da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como promotor de educação no cárcere e os desdobramentos que envolvem a importância da leitura no cárcere como forma de reintegração social e desenvolvimento crítico.

7 A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) COMO PROJETO ALTERNATIVO E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO CÁRCERE

Nesse tópico aborda-se uma breve linha histórica das APACs com o objetivo de compreender os aspectos que tangem a instituição e a implementação de sua metodologia, conhecida como Método APAC. As informações mencionadas aqui foram retiradas de fontes fornecidas pela instituição em seu site oficial, além de conversas informais com um funcionário responsável pela administração do local. Nesse sentido, o objeto de estudo será a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Porto Alegre/RS - Partenon.

A APAC surge em 1972 na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, a partir de um movimento de voluntários cristãos[7] dentro do presídio Humaitá, sob influência do jornalista e advogado Dr. Mário Ottoboni (Pinheiro, 2020). No ano de 1974, a equipe que integrava a Pastoral Penitenciária decide compor uma associação civil sem fins lucrativos, sendo denominada como Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). A partir disso, a atuação das APACs permeia a última etapa do processo punitivo, desempenhando a administração das penas privativas de liberdades, em regime fechado, semiaberto e aberto, dentro do espaço comumente denominado de Centro de Reintegração Social (CRS), como menciona Pinheiro (2020). A Associação se preocupa com a prestação de auxílio e apoio aos recuperandos[8], com o objetivo principal de reintegração social.

É importante salientar que as APACs estão ajustadas dentro da normatividade jurídica brasileira, em conjunto com a execução de pena privativa de liberdade, prevista pela LEP, quanto à sua regulação internacional, conforme Pinheiro (2020). Nesse sentido, trata-se de um modelo alternativo que possui uma proposta similar às instituições penais regulares, mas que se estrutura a partir de outras necessidades. Com sua rápida disseminação pelo território nacional e internacional, percebeu-se a importância de uma vigilância maior da dinâmica envolvida nesse processo e é nesse âmbito que surge a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). A FBAC é uma Associação Civil de Direito

[7] Inicialmente, a sigla APAC referia-se à “Amando o Próximo Amarás a Cristo”.
[8] Termo utilizado pela APAC para se referir aos presos que estão inseridos no sistema.

Privado sem fins lucrativos que tem como missão a união de todas as unidades, além de assessorar as APACs do exterior. Nesse sentido, a Associação busca orientar, zelar e fiscalizar a aplicação adequada de sua metodologia dentro de cada unidade, ofertando treinamentos e cursos para voluntários e funcionários, a fim de uma possível expansão.

O Centro de Reintegração Social é um local que prioriza a dignidade daqueles que lá vivem, buscando recursos estruturais adequados e que acabam sendo ajustados em conformidade ao método de aplicação da Associação. É nesse sentido que a municipalização faz-se presente ao priorizar a primeira instituição sempre na capital e, posteriormente, o desenvolvimento de novas unidades em outras cidades da região. Esse tipo de medida se justifica, pois a participação da família é uma etapa essencial na construção da reintegração social do recuperando (FBAC, 2025).

É visando uma alternativa aos métodos convencionais que a APAC utiliza sua própria metodologia, pautada em 12 tópicos. Foram selecionados elementos específicos que compreendem o objetivo do trabalho, sendo eles:

a) participação da comunidade: pode ser vista sendo um dos elementos principais na constituição da APAC como Associação, uma vez que é com ela que o assistencialismo pode ser difundido e melhor explorado. A instituição compreende a participação externa como um elemento muito positivo, mas que deve ser bem adequado ao espaço uma vez que se trata de pessoas que perpassam individualidades e sofrimentos próprios. É nesse sentido que nasce o voluntariado como porta para uma união ativa que executa trabalhos dentro do CRS, conforme instituído pela FBAC (FBAC, 2015);
b) recuperando ajuda recuperando: a ajuda mútua faz-se extremamente necessária dentro desse ambiente, uma vez que criam-se laços sociais e positivos. É nesse contexto que a solidariedade é trabalhada e desenvolvida. Existe ainda a representação de cela e a constituição do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) que busca a cooperação dos recuperandos para a melhora da convivência e da disciplina dentro da instituição, visando sempre a segurança e manutenção do espaço;

c) trabalho: faz parte do contexto e do dia a dia dos recuperandos, entretanto, como destaca a FBAC (2025), não deve ser o elemento fundamental da proposta, uma vez que não é o suficiente para se reintegrar. A APAC entende que o regime fechado é o tempo para a recuperação, o semiaberto para a profissionalização e o aberto para a reinserção social. Em seus documentos, a instituição menciona que o índice de reincidência no crime internacionalmente gira em torno de 70%, mesmo em países onde as rotinas de trabalho permitem até 14 horas por dia. Esse dado faz ligação direta com o que foi mencionado anteriormente ao evidenciar que a estrutura das prisões contemporâneas preconiza o trabalho como cerne das instituições, visando altos lucros ou um abate de contas financeiras para o Estado e que ignoram a educação como uma alternativa válida e importante;
d) assistência à saúde: é concedida dentro do CRS e é vital para o funcionamento do local, uma vez que cria um clima harmônico e evita rebeliões e atitudes violentas, conforme a FBAC (2025) menciona. A saúde é colocada em primeiro plano e é uma forma de evitar preocupações externas para os recuperandos. Varella (1999) evidencia a eficácia da atuação de informações de saúde dentro de instituições penais, a exemplo da campanha contra a AIDS, realizada dentro da Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru), onde os próprios detentos criaram cursos de conscientização dentro do local. É nesse sentido que percebemos a utilização da disseminação de informação de forma crítica, selecionada, organizada e compartilhada. A utilização de ferramentas relacionadas à educação em informação nesses locais demonstra a pluralidade de atuação de profissionais quando bem direcionados. Um bibliotecário bem instruído pode auxiliar em situações críticas que dizem respeito desde a educação até a saúde dos recuperandos.

É vital perceber que a humanização no processo carcerário é fundamental para a construção de uma identidade subjetiva e estruturada. Com isso, compreende-se que a abordagem alternativa da APAC como instituição social propõe uma nova direção para a sociabilização do recuperando. Destacados

elementos específicos, percebemos que a atuação de profissionais adequados dentro desse espaço se torna essencial para a aplicação de todas as leis que fundamentam o cárcere como acesso a um espaço adequado, boas condições de higiene pessoal e alimentar, participação ativa da sociedade do entorno e valorização do recuperando em sua reinserção na sociedade.

7.1 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) PORTO ALEGRE/RS - PARTENON

A APAC Porto Alegre/RS - Partenon é constituída juridicamente em 2017 e é fundada em dezembro de 2018 como a primeira CRS no Rio Grande do Sul, quando de fato começa a receber os primeiros presos do regime fechado. Sua estrutura arquitetônica é circunscrita pela sede da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e pelos muros da Cadeia Pública de Porto Alegre. Durante o caminho percorrido, nota-se a diferença de espaços e o contraste alarmante de ambas instituições. De um lado, vemos muros altos com cercas elétricas e vigilância constante, com a ostentação de armas pesadas e uniformes militarizados. No outro lado, notamos muros baixos e uniformes simples, sem a percepção de uma única arma de fogo. Um dos destaques da APAC enquanto instituição penal é a ausência total de guardas armados dentro do espaço, o que torna o ambiente visivelmente menos tenso.

Atualmente, a instituição conta com três bibliotecas[9] em seu complexo institucional, contando com livros, revistas, vídeos e filmes para utilização de todos da APAC, incluindo funcionários e recuperandos. Elas ficam localizadas em três distintos blocos, sendo eles o Bloco A, Bloco B e Bloco C. Cada uma delas possui um acervo e estrutura próprios, atendendo somente as celas de seu respectivo prédio. As bibliotecas não possuem bibliotecários formalizados e a parte mais técnica, como catalogação – rudimentar e sem o conhecimento necessário – é realizada pelos recuperandos que se interessam pelo local.

No ano de 2024, estudantes do curso de Letras/Português e Inglês da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), foram até o local e criaram um sistema de organização muito simples e com pouca técnica, servindo

[9] Por se tratar de um complexo prisional, não foi possível tirar fotografias a fim de melhor noção de espaço.

muito mais para uma melhor exposição das obras do que de fato praticidade. Entretanto, é importante mencionar que a APAC recebe grupos voluntários e extensionistas para atuar dentro de sua instituição, gerando um potencial de trabalho e acessibilidade para os recuperandos.

Os espaços são limpos e bem organizados, possuindo uma diversidade de literatura brasileira, estrangeira e com núcleos focados em temáticas religiosas e espirituais, assuntos esses que se conectam diretamente com o trabalho realizado pela APAC no contexto institucional. Quando perguntado de maneira corriqueira a respeito da importância da biblioteca, muitos recuperandos pontualmente discutem sobre a falta de um bibliotecário atuante e a dificuldade de conseguir títulos de interesses específicos, demonstrando que a ausência do profissional é notada e sentida por eles.

As doações passam por alguns setores de revista da APAC, priorizando sempre a qualidade do material em termos físicos. Campanhas de arrecadação raramente são realizadas, pois dependem de editais específicos para uma grande aquisição de materiais. Em relação às temáticas, geralmente permeiam livros clássicos, religiosos, desenvolvimento pessoal e biografias.

As informações a seguir foram retiradas a partir de documentos oficiais da instituição e da produção de Pinheiro (2020), como forma de exemplificar os passos percorridos pela Associação até sua efetivação no solo rio-grandense. Em 2012, um grupo de trabalho no Rio Grande do Sul surge para divulgar e implementar a metodologia da APAC em diversos municípios com o objetivo principal de expansão do método alternativo. Em 2017, é firmado o Termo de Compromisso nº 110/2017 que foi celebrado entre o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliado pela Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, com o foco no fomento e implementação do método APAC no Estado como política pública[10] para penas privativas de liberdade (Pinheiro, 2020).

No Termo de Compromisso nº 110/2017, firma-se de forma assertiva a divulgação do método APAC por meio de materiais informativos e eventos esporádicos, discussão de alternativas para garantir o repasse de recursos financeiros e a cooperação de diversos segmentos sociais. Em 2017 a APAC

[10] Em Minas Gerais, as APACs são de fato políticas públicas efetivadas regularmente no Estado. Fonte: https://www.avsibrasil.org.br/projeto/apac-superando-fronteiras. Acesso em: 19 nov. 2025.

consegue, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul a utilização do imóvel desativado do Instituto Penal Padre Pio Buck, além do estabelecimento de objetivos e condições para uma futura implantação do projeto piloto da instituição (APAC PARTENON, 2025).

Nesse sentido, o Estado manifesta formalmente a concessão do imóvel e por meio de trâmites legais ocorre a destinação das verbas de ajustamento de conduta, verbas decorrentes de penas pecuniárias e o fornecimento do projeto arquitetônico a fim de reformar o prédio cedido. Nos meses de março, abril e maio de 2018 foram realizadas reuniões a fim de desenvolver um aprofundamento a respeito do método APAC, de forma que pudesse ser melhor introduzido para os futuros voluntários (Pinheiro, 2020). Destaca-se que a capacitação do voluntariado existe até hoje e é uma das formas mais eficazes para conseguir melhorar a atuação dos voluntários de forma direta dentro da instituição. Pinheiro (2020), sinaliza que o voluntariado requer motivação e atitude crítica perante o sentimento de resistência frente ao sistema carcerário comum. Como comenta a autora, a APAC, em sua essência, é percebida como uma “boa prisão”, uma vez que ela contribui “[...] em termos de potencialização das assistências e de exclusão da violência do poder punitivo durante a privação de liberdade” (Pinheiro, 2020, p. 110).

Ao final do Termo de Fomento, temos a indicação da finalidade da APAC Porto Alegre/RS - Partenon explicitada na aplicação de sua metodologia para até 40 recuperandos no CRS. Em dezembro de 2018, o CRS da APAC é inaugurado. É nessa data que inicia-se o trabalho com os presos do regime fechado, desconsiderando qualquer discriminação quanto à raça, cor, religião, orientação sexual, tempo de condenação e gravidade do crime (Pinheiro, 2018). É nesse sentido que inicia-se a aplicação da metodologia de 12 elementos da APAC e consolida-se como um instrumento legal que atua juntamente com o Poder Público.

Atualmente, a cogestão da APAC é feita juntamente com os recuperandos, o que colabora para a recuperação conjunta no ambiente, além de permitir a existência de um laço de confiança mútuo. O termo recuperando, por sua vez, emerge com o intuito de tornar explícita a recuperação do ser humano em sua integralidade, seja ela pessoal, física ou mental. Diferentemente das instituições carcerárias comuns, a APAC estipula ordens específicas de acolhimento para novos sujeitos. A ordem primária da SUSEPE é abaixar a cabeça e cruzar os braços

firmemente, como forma de “segurança” para todos. Entretanto, ao chegarem no perímetro regido pela APAC, os recuperandos são recomendados a abrir os braços e levantar as cabeças, além de receberem um abraço dos voluntários presentes como forma de recepção. Esse gesto em particular é lembrado recorrentemente por aqueles que integram o sistema.

Destaca-se também o recebimento de um crachá com o nome próprio de cada indivíduo, como forma de ressignificação da dignidade individual e pessoal. Dentro do CRS, apelidos são proibidos pois remetem ao crime e podem ser encarados como fator de mortificação do ser[11], como aborda Goffman (2015). Além disso, um dos requisitos obrigatórios da instituição é o estudo como fator principal para a permanência do recuperando. Dessa forma, a APAC valoriza a educação como pilar de sustentação para cada um dos indivíduos que ali se encontram.

7.2 PROJETO LEITURA E REMIÇÃO (LER)

Compreende-se a leitura como um objeto importante na autonomia dos indivíduos e, seguindo abordagens alternativas, nascem, assim, projetos com cunho social. A exemplo temos o Projeto Leitura e Remição (LER), promovido pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenado pelo Prof. Dr. Luís Augusto Fischer. O grupo teve início no ano de 2020 com a professora Ana Godinho da Faculdade de Educação da UFRGS e, atualmente, conta com cinco graduandos do curso de Letras. O projeto utiliza diversas abordagens e aplicações, como criação de resenhas e aulas ministradas pelos integrantes do grupo. Os alunos ofertam as atividades mencionadas na APAC Porto Alegre/RS - Partenon, com foco em promover uma educação de qualidade e de cunho social. A produção de resenhas é feita a partir da leitura de livros selecionados previamente e discutidos em encontros semanais, a fim de contemplar a redução de pena a partir da leitura de forma acessível e de qualidade. A biblioteca possui um papel importante nesse sentido, pois oferta os materiais e contribui como espaço extra de socialização dos recuperandos.

[11] Para Goffmann, a “mortificação do ser” refere-se ao processo sistemático de destruição da identidade individual que ocorre quando uma pessoa é admitida em uma instituição total. Isso ocorre através da perda de objetos pessoais, isolamento social, padronização, rebaixamento simbólico e privação de escolhas.

A biblioteca da APAC é uma das principais referências para os recuperandos buscarem exemplares para suas produções e para entretenimento pessoal (FBAC, 2025). Como forma de fomento à leitura, o Projeto LER acabou participando de um edital promovido pela editora Companhia das Letras onde foram arrecadados diversos exemplares de literatura clássica, permeando em torno de 35 exemplares por título. O edital da editora compreendia o país inteiro e a melhor proposta garantiria uma grande quantia do acervo da Companhia, contando com literatura clássica, moderna e contemporânea.

Assim, voluntários do Projeto submeteram tal material e conseguiram o incentivo necessário para ampliar o acervo da APAC, garantindo um melhor proveito em sala de aula. Esse tipo de arrecadação auxiliou o LER de forma direta, pois cada recuperando conseguia ter acesso direto aos materiais trabalhados, o que contribuiu para leituras críticas posteriores ao horário de aula.

Os encontros possuem a duração de uma hora e ocorrem toda segunda-feira, com 2 turmas que giram em torno de 20 participantes. As turmas variam conforme a quantidade, pois alguns recuperandos do regime semi-aberto possuem ocupações no dia no qual a aula é ministrada. Esses compromissos envolvem trabalho ou estudo de nível superior. No mês de agosto de 2025 o projeto contava com 11 voluntários que possuíam um calendário próprio destinando cada indivíduo para dias específicos. Importante ressaltar que, por ser um projeto voluntário e de extensão, os membros estão em constante rotatividade de presença, levando em conta suas cargas horárias na universidade ou possíveis trabalhos.

As aulas são ministradas com pelo menos dois alunos do projeto, fornecendo uma múltipla utilização de metodologias e aplicação. Segundo os voluntários entrevistados, não há uma sequência específica para os encontros, o que promove uma liberdade criativa para o plano de ensino proposto por cada aluno de graduação. Esse tipo de atuação nasce conforme demandas específicas da comunidade, focando em pontos que exigem maior atenção dos recuperandos.

Por se tratar de um projeto de extensão, evidencia-se que a participação dos estudantes de graduação voluntários é a força motriz ao ofertarem aulas dinâmicas e interativas, o que os auxilia profissionalmente. É importante notar que, de alguma maneira, a educação em informação é utilizada nesse tipo de dinâmica, pois a partir da produção das resenhas, das trocas em aula, e de debates em conjunto,

espera-se que os recuperandos utilizem e produzam uma reflexão crítica sobre aquilo que está sendo trabalhado e comentado.

Nesse sentido, percebe-se que a atuação da biblioteca de forma auxiliar ao projeto pode ser contemplada como uma força extra ao trabalho feito pelo grupo, assistindo aos recuperandos e aos estudantes na utilização e na produção dos materiais a fim de garantir o acesso às resoluções da LEP a respeito da redução de pena através da educação.

Como menciona Miotto (2022), a atuação ativa de fomento à literatura em instituições penais pode promover um espaço de reflexão, autoavaliação e mudança, pontos de destaque na educação em informação. O acesso à informação, a partir da produção de novos conhecimentos e trocas fornecidas pelas aulas, auxiliam na formação de novos debates e reflexões. É nesse sentido que percebe-se a educação crítica como uma fonte de fortalecimento pessoal relacionado à liberdade, educação e socialização.

Em termos legais, a redução de pena é efetuada a partir do encaminhamento de tais documentos para as instâncias jurídicas, passando por uma leitura prévia dos voluntários. Os alunos acabam servindo como um suporte de qualidade para o cumprimento da medida. Cada uma das leituras, para efetiva validação, deve ser comprovada com a produção de um texto. Além disso, os recuperandos podem utilizar qualquer livro disponível na biblioteca local para a aplicação da redução de pena, não restringindo somente as leituras fornecidas pelos voluntários do projeto. É importante perceber que as leituras trabalhadas nas aulas geralmente são as mais utilizadas para eventuais produções textuais uma vez que entram em cena debates, discussões críticas e reflexões a partir de cada leitura.

Nessa etapa, as resenhas são ordenadas e cabe aos funcionários da APAC preencherem um formulário que é enviado diretamente ao juiz de execução da pena o qual irá coordenar o reconhecimento legal dessas informações. Esse tipo de registro é feito mensalmente e é nomeado como “relatório de leitura”. Tal medida é realizada e assegurada pela APAC.

O fortalecimento dessas práticas poderia ser potencializado com a atuação direta de bibliotecários, uma vez que possuem conhecimentos específicos que servem de porta de entrada para novas oportunidades. Com a união de alternativas diversas – a exemplo do Projeto LER – é possível enxergar a capacidade de mudança dentro de instituições banalizadas e ofertar possibilidades de mudanças

para indivíduos socialmente segregados. Nesse sentido, cabe uma avaliação crítica a respeito do papel do bibliotecário e a visibilização desse profissional como um promotor social e informacional.

Em síntese, compreende-se a multiplicidade de atuações da APAC perante a educação exercida dentro de seu espaço físico, contemplando projetos alternativos que desenvolvem a leitura e garantindo o acesso à lei de remição de pena. Tais práticas, quando conjucturadas com profissionais adequados, propiciam uma expansão de atuação, buscando fortalecer a premissão educadora e ressocializadora do cárcere. Na próxima seção, contempla-se a análise dos resultados obtidos e discussões a respeito deles.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi aplicado a um total de 37 recuperandos, possibilitando a seleção de pontos específicos a serem discutidos nesta seção. Em complemento, foram realizadas entrevistas com três voluntários do projeto LER, de modo a acrescentar, ampliar a análise e promover uma discussão simultânea sobre as temáticas abordadas.

Optou-se por traçar correlações diretas das perguntas propostas para os recuperandos e as entrevistas realizadas com os voluntários, articulando um diálogo entre ambas. Dessa forma, exemplifico: pergunta número 1 do questionário correlacionada à pergunta número 1 da entrevista e assim por diante.

As questões do questionário buscaram estimular uma reflexão coletiva acerca da APAC como instituição penal, do papel do projeto educacional LER no contexto prisional e da função exercida pela biblioteca da APAC. Vale ressaltar que do total, apenas um dos participantes do questionário não conseguiu responder por ser analfabeto e estar nos processos iniciais da alfabetização, em se tratando de um membro recente do projeto.

Inicialmente, a primeira pergunta tinha como intuito analisar a visão pessoal de cada recuperando perante o projeto LER e seus métodos educacionais ao indagar se enxergavam algum benefício com suas aulas e debates. Ela foi construída pensando na perspectiva de Petit (2010) e suas constatações a respeito do poder da leitura no cárcere ao desenvolver criatividade e sensibilidade por meio da literatura.

Desse modo, 36 participantes responderam que sim, enxergavam benefícios expressivos em sua vida no ambiente prisional, as seguintes respostas, destacam-se:

> Sou muito beneficiado com o projeto, pois aprendo muito sobre diversos assuntos tanto da história como da modernidade, e assim desenvolvo meu pensamento crítico (Recuperando 11, 2025)[12].

> Eu cheguei na APAC com a quinta série, hoje, depois de dois anos estou cursando o segundo ano do ensino médio. É claro que foi parte do projeto LER que foi cada vez mais me incentivando a estudar. (Recuperando 1, 2025).

[12] A grafia de todas as respostas foi mantida conforme o original a fim de manter a integridade da informação.

> Sim! Por meio desse projeto podemos compreender o quanto é importante ler livros variados, que não era meu caso, optava por livros distintos. O [Projeto] LER trás um conhecimento geral para ser aplicado em nosso dia a dia e nos faz compreender muito melhor todo o nosso redor, e no caso do sistema APAC nos da mais o benefício da remição. (Recuperando 5, 2025).

Vemos a partir dessas respostas que o público que participa ativamente do projeto valoriza suas metodologias e aulas ao destacar a pluralidade de assuntos trabalhados a partir de obras literárias. Além disso, demonstram um grande avanço em seus estudos pessoais e transparecem maior confiança no uso da língua e na sua comunicação. Pontos assim demonstram uma maior apropriação de si como sujeitos e evidenciam avanços significativos relacionados ao seu desenvolvimento pessoal. O Recuperando 11, por exemplo, identifica que desenvolve seu pensamento crítico a partir das aulas, caráter essencial ao ser inserido em um ambiente educacional.

Entretanto, é importante perceber que o emprego, por parte do recuperando, do conceito de pensamento crítico pode ser diferente do termo utilizado pela educação em informação. A conceituação de um pensamento crítico remonta a Horkheimer (Bezerra; Beloni, 2019) e é muito presente e desenvolvida por preceitos freirianos. Ambos conceitos convergem no sentido de emancipação do sujeito a partir de uma reflexão sólida. É nesse sentido que o Recuperando 11 acaba relacionando seu desenvolvimento pessoal e intelectual com o Projeto LER, seja a partir das dinâmicas, das trocas ou dos debates. Isso é um ponto chave na discussão pois demonstra preceitos da educação em informação presentes na atuação do Projeto.

Borges, Silva e Machado (2024) discutem o caráter social e cívico da educação em informação munida do pensamento crítico, o que se relaciona diretamente com o comentário em que o Recuperando 5 discorre que, passou a consumir literaturas distintas e visualizar uma aplicação direta das aulas no seu dia a dia, compreendendo o seu redor com muito mais clareza.

A educação em informação parte de premissas que se aproximam da compreensão da formação do indivíduo enquanto sujeito social (Dedavid; Martini; Borges, 2023). Nesse sentido, ao desenvolver competências de leitura, pensamento crítico e reconhecimento de si, espera-se que o indivíduo, ao se afastar de modelos

tradicionais e restritivos, seja capaz de se apropriar do conhecimento de forma autônoma e significativa.

Vale ressaltar que o Recuperando 5 reconhece que um dos benefícios do Projeto é a remição de pena gerada pela leitura e produção de resenhas. Entretanto, como ele mesmo aponta, isso se liga muito mais ao sistema APAC como instituição do que os benefícios que o projeto traz para ele na esfera social. Dessa maneira, produzir resenhas pode se tornar um trabalho muito burocrático e que pouco desenvolve um pensamento crítico ou aprendizado. Nota-se a importância dessas atividades propostas para os recuperandos, uma vez que promovem a remição de pena por meio da leitura e a garantia de direitos como a educação.

Entretanto, é importante tencionar essa discussão ao buscar entender se de fato essa educação possui um sentido emancipatório e aplicado. Avaliando as atividades propostas pelo Projeto, entende-se que as dinâmicas em sala de aula ajudam a retirar esse caráter técnico da produção textual e incentivam outras áreas de atuação, tal qual o questionamento e a criticidade a partir das obras lidas.

Dessa forma, o objetivo específico “b) compreender a importância da educação em informação como ferramenta de autonomia para pessoas privadas de liberdade” possui relação diante das respostas fornecidas pelos recuperandos. É marcante que a educação em informação, no contexto da APAC, serve como uma ferramenta de autonomia para as pessoas privadas de liberdade ao proporcionar debates, interações, trocas e discussões a respeito das suas perspectivas de mundo, alinhando-se diretamente com os estímulos educativos propostos no campo da educação em informação.

A primeira pergunta da entrevista com os voluntários tinha como ponto mobilizador a compreensão de como é elaborado o planejamento de cada aula, procurando visualizar se existiam padrões ou se cada ideia era construída a partir de uma necessidade específica. É nesse sentido que as três voluntárias comentam:

> Na APAC tem uma característica muito específica que é o fato de não precisar seguir a BNCC[13] à risca porque elas não fazem parte do ensino regular. [...] elas tem um caráter de aula extra, o que nos permite trabalhar com o assunto que a gente acha pertinente. [...] a gente faz atividades para desenvolver a escrita deles, explica as partes de uma redação, o que é um desenvolvimento, o que é uma conclusão, o que é a minha opinião, o que é o que tem escrito no livro, o que eu acho sobre o livro, e tenta fazer essa

[13] A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de referência obrigatória para elaboração de currículos pedagógicos de escolas públicas e privadas.

> diferenciação para ajudar eles no processo de apreciação do livro. (Voluntária 1, 2025).
>
> Acho que depende um pouco do que eles estão precisando no momento. No início do semestre passado [...] eu trabalhei muitas questões gramaticais com eles, porque a gente viu isso nas resenhas. Mas agora [...] a gente vai planejando com os livros que a gente tem. Eu penso como que eu vou gerar uma discussão dentro da sala de aula com eles. Porque não é só ler. Eu gosto que eles tenham esse pensamento, porque é muito mais fácil para escrever. E eles lembrarem também do conteúdo do livro, porque eles têm essa discussão e na hora de escrever a resenha é muito mais fácil. (Voluntária 2, 2025).
>
> [...] a gente vai analisar alguma questão específica do texto e vai para a questão gramatical, entendeu? Esse é o movimento que a gente costuma fazer. Aí é isso, a gente procura textos, procura contos. A gente lê. A gente vê se talvez vai funcionar com eles ou não. Ultimamente a gente recebeu alguns livros de doações também. Então, a gente dá uma olhada no acervo que eles têm, o número de cópias. Será que vai dar?. A gente estrutura as aulas ao redor daquilo que eles precisam. E geralmente é mais na questão textual, né? Como a gente está indo lá para incentivar a leitura, incentivar a remição da pena pela leitura, eu penso que o nosso objetivo é estreitar o laço deles com a leitura e com a escrita, sabe? Fazer isso não ser essa coisa assustadora que é até para nós na faculdade. (Voluntária 3, 2025).

A partir das respostas, percebe-se que há um planejamento simplificado das aulas, mas que elas são elaboradas a partir da necessidade das turmas. Essas necessidades, como comentadas, permeiam campos de gramática, produção textual e diferenciação de gêneros discursivos. Um dos pontos positivos destacados pela Voluntária 1 é a liberdade de planejamento das aulas, uma vez que não precisam seguir rigorosamente a BNCC, o que se interliga diretamente ao que foi pontuado pelas Voluntárias 2 e 3 quando comentam que buscam analisar conteúdos específicos como questões gramaticais, produção de resenhas e diferenciações textuais a partir de uma observação própria pela necessidade individual das turmas. Ou seja, mostra essa soma do planejamento e mais a percepção do momento.

A Voluntária 1 comenta sobre a apreciação de livro, o que condiz diretamente com Petit (2010) ao evidenciar a discussão de vínculos sociais e simbólicos, auxiliando os sujeitos a se reconhecerem como uma comunidade leitora. Já a Voluntária 2 discorre sobre os debates fomentados por ela em sala de aula e como isso faz parte intrínseca do seu planejamento de classe. Para ela, ler não é somente um ato isolado, mas que envolve trocas e pensamentos distintos, discurso que se aproxima muito dos pensamentos freirianos (Freire, 2019) a respeito da consciência crítica e transformação social dos indivíduos. Um ponto em comum das três

voluntárias são suas aulas expositivas, permeadas pelo estímulo aos debates. Ao identificarem pontos mais fragilizados na educação primária dos recuperandos, as voluntárias buscam suprir essas lacunas com conteúdos direcionados e que lhes incentivam à autonomia e olhar crítico frente à leitura.

Sob esse olhar, entende-se que a biblioteca prisional ocupa esse local enquanto entidade de informação. Lindemann (2020) entende as bibliotecas prisionais como agentes de cultura, facilitando o acesso e promovendo a informação. Nesse sentido, é possível compreender que a presença de uma biblioteca dentro de uma instituição prisional pode contribuir para o desenvolvimento de atividades socio-educativas, ligando-se até mesmo com a educação em informação.

Bezerra e Beloni (2019) reforçam que a criticidade inserida no processo de pensamento permeia pontos que coadunam para uma emancipação do sujeito, um exemplo que demonstra a presença da educação em informação nos debates de aula.

A Voluntária 3 aponta um aspecto importante a respeito da quantidade de obras disponíveis no acervo institucional, levantando um alerta para eles pois obras escassas acabam atrapalhando diretamente a atuação dos voluntários. Tal ponto evidencia a escassez financeira que a APAC vive, possuindo dificuldades de priorizar alguns setores. A aquisição de livros acaba não sendo uma prioridade na APAC por conta de situações mais sensíveis como a garantia de saúde e bem-estar para os recuperandos. Essa falta de recursos pode afetar uma aplicação mais efetiva de propostas que desenvolvam cultura e promoção de conhecimento, atingindo os processos educativos presentes na instituição.

A segunda pergunta proposta aos recuperandos diz respeito à identificação da influência da participação no Projeto com possíveis mudanças pessoais, ou seja, implicava em uma autoavaliação. Sendo assim, buscou-se verificar se o modelo educacional ali aplicado era coerente para com suas necessidades ou apresentava dificuldades. Dos 37 participantes, somente 2 negaram mudanças pessoais e disseram que estavam iguais anteriormente. Nesse sentido, destacam-se as seguintes respostas:

> Acredito que nunca havia feito resenha de livros, hoje em dia estou me esforçando e entendendo bem mais a respeito desse assunto o que me ajuda muito aqui dentro. (Recuperando 12, 2025).

> Sim, ao olhar o presente, a vida, minhas atitudes, e etc, com experiências extraídas da literatura e com as coisas que a gente acaba conversando na aula. (Recuperando 26, 2025).
>
> Eu na rua não lia, vida era corrida. Aqui aprendi a gostar de ler novamente. (Recuperando 28, 2025).
>
> Eu estou preso fazem 13 anos e eu desconhecia a remição por leitura. Foi quando ingressei na APAC que descobri que o projeto LER nos dava oportunidade de fazermos uma resenha por mês e que nos daria quatro dias de remição. (Recuperando 1, 2025).

Percebe-se a partir da resposta que a quase unanimidade de mudança pessoal se dá a partir da leitura e das aulas do projeto LER. O Recuperando 12 reforça que possivelmente nunca havia feito resenhas de livros mas que, atualmente, está se esforçando e compreendendo melhor o assunto. Essa citação corrobora com o que as Voluntárias 1, 2 e 3 mencionam anteriormente ao evidenciarem que identificam pontos fracos em relação à gramática e estrutura textual, fazendo assim com que seja uma das prioridades para suas atuações.

No entanto, a presença de respostas negativas, ainda que não detalhem suas razões, tensiona a narrativa de consenso e revela que os benefícios do projeto não atingem de forma homogênea todo o público atendido. Essa ausência de benefício a todos, pode indicar uma série de questões estruturais como desigualdades prévias no nível de escolarização, passando por diferentes ritmos de aprendizagem, até limitações no formato pedagógico, que pode não dialogar com o perfi de cada um dos Recuperandos.

Também pode sinalizar barreiras institucionais, como restrições de acesso, falta de materiais, interrupções no calendário ou até mesmo dificuldades subjetivas, como desmotivação, baixa autoestima acadêmica ou resistência inicial ao processo educativo. Nesse sentido, embora o projeto apresente resultados expressivos para a maioria, o processo não é automaticamente modificador uma vez que exige adaptações, escuta ativa e estratégias diferenciadas para contemplar inteiramente os indivíduos.

O Recuperando 26 identifica que mudou suas perspectivas a partir do olhar no presente, na sua vida e no seu cotidiano, tudo isso extraído a partir de obras trabalhadas em aula e dinâmicas de grupo. Freire (2019) comenta que a consciência crítica é um elemento fundamental na vida das pessoas. A conscientização torna-se uma palavra-chave na educação em informação ao

objetivar a formação de sujeitos capazes de observar e intervir no mundo, em vez de apenas adaptar-se a ele (Zattar; Barbosa; Borges, 2023).

Miotto (2022) menciona que uma atuação mais crítica e reflexiva a partir da leitura em instituições prisionais pode auxiliar num processo de mudança, criatividade e socialização. Dessa forma, o Recuperando 26 identifica esses pontos e compreende um processo de mudança. O Recuperando 28 comenta que aprendeu a ler e passou a ter gosto por esse processo, o que reflete diretamente os pensamentos de Miotto (2022) ao demonstrar que a leitura pode ser um momento de “fuga” da realidade, de soltar a imaginação e compartilhar com o grupo.

Para além disso, Petit (2009, p. 13) menciona que a leitura serve como uma ótima ferramenta para ressocialização, uma vez que

> [...] contribui, algumas vezes, para que crianças, adolescentes e adultos, encaminhem-se no sentido mais do pensamento do que da violência. Em certas condições, a leitura permite abrir um campo de possibilidades, inclusive onde parecia não existir nenhuma margem de manobra.

Nesse sentido, o Recuperando 1 demonstra que desconhecia a remição por pena a partir da leitura, mesmo estando ingresso no sistema prisional convencional há 13 anos. A falta de conhecimento da remição de pena é um ponto importante para ser discutido, uma vez que evidencia a falta de incentivo e divulgação da Resolução nº 391/2021 do CNJ. O participante comenta que se conscientizou sobre este tema apenas quando ingressou na APAC e visualizou o projeto LER.

A fala do Recuperando 1 ganha destaque ao indicar que somente teve contato com essas informações após ingressar na APAC e vivenciar o projeto LER ativamente. Isso expõe uma tensão central: a existência de iniciativas mais humanizadas e educativas, a exemplo da APAC, não deveria funcionar como exceção ou privilégio, mas como parâmetro mínimo de garantia de direitos no cumprimento de pena. Quando apenas parte da população prisional tem acesso a tais práticas, estabelece-se uma desigualdade interna que contraria os princípios da isonomia e da função ressocializadora da pena.

A segunda pergunta discutida na entrevista com os voluntários tinha como intuito compreender de que forma era feita a seleção de obras trabalhadas nas dinâmicas e aulas do projeto. Para isso, as voluntárias responderam que

> Quando eu entrei no grupo a gente tinha acabado de passar no edital da Companhia das Letras e ganhamos diversas obras em grande quantidade. A gente tinha livros muito diferentes tipo HQs, literaturas clássicas e contemporâneas e até literatura de cordel, que trabalhamos em uma aula. Lembro que trabalhamos um livro que tinha a história aqui em Porto Alegre então eles [recuperandos] adoravam conhecer e ouvir sobre. [...] a realidade de muitos deles é a periferia então eles trazem muitas coisas pessoais, mas a gente evita de falar do passado no crime porque faz parte da metodologia da APAC deixar isso pra trás. [...] o problema é que agora a gente dificilmente tem exemplares o suficiente para trabalhar com eles então acaba que a gente vira refém do que tem, então acaba que, mesmo tendo como escolha principal algo que vá gerar uma afinidade, a gente se virá com o que dá. Sempre com muito respeito e cuidado. (Voluntária 1, 2025).

A Voluntária 1 discorre sobre um edital do qual o grupo fez parte e conseguiu arrecadar diversos livros da editora Companhia das Letras, o que contribuiu muito para a riqueza material e social das discussões em aula. Ainda, a voluntária enfatiza a importância de trabalhar contextos familiares com os recuperandos, fazendo-os se relacionar como indivíduos com histórias pessoais, gostos e familiaridades ponto que condiz diretamente com o que Petit (2010) ressalta ao falar da reconstrução da subjetividade pessoal a partir dos processos de leitura em conjunto. Para além disso, a entrevistada levanta uma questão importante: a dificuldade de aquisição dos livros é presente nesse espaço e isso atrapalha diretamente as dinâmicas de aula, fato esse que a Voluntária 2 reforça ao comentar que

> A gente ganhou coisas de doações mas é tudo muito escasso então a gente tenta procurar o que ainda não foi trabalhado. Nesse mês inclusive, fui pega de surpresa porque achei que tinham mais cópias e tinham só quatro livros pra 20 pessoas. [...] dentro das celas o livro gira mas na aula não, porque a gente procura, procura e não acha. Acho que a gente tinha que ter algum jeito de identificar esses livros ou com que eles andam. (Voluntária 2, 2025).

O comentário torna explícito um ponto importante da ausência de uma biblioteca estruturada. A gestão de coleção, como comenta Cunha (2012) é importante para uma instituição, uma vez que procura garantir a qualidade, relevância e acessibilidade dos acervos presentes. Nesse sentido, nota-se a necessidade de uma biblioteca atuante, pois, com ela, é possível produzir documentos que fortalecem o controle dos materiais e contribua diretamente para o acesso desse acervo.

Para contornar essa situação, a Voluntária 3 comenta que

> Os contos são bem fáceis de trabalhar em aula porque são super curtos e a gente pode imprimir. Mas falando um pouco mais dos critérios, eu gosto de planejar levando em conta quantas aulas vou ter no mês. [...] acaba que a gente leva em conta o vocabulário e se dá pra ter várias cópias dele, levando em conta o que eles gostam de ler. (Voluntária 3, 2025).

Situações como essa demonstram uma preocupação em relação ao acesso para todos os presentes na dinâmica. A educação em informação se pauta como uma forma de enfatizar a democratização do conhecimento e do pensamento crítico, o que converge com as facilidades ou dificuldades de acesso a materiais dentro das bibliotecas, por exemplo. Nesse sentido, ao contornar a situação buscando uma maior quantidade de materiais e preocupação com o vocabulário, nota-se pontos de convergência entre a atuação dos voluntários e a aplicabilidade da educação em informação. Entretanto, ela acaba sendo exercida de forma parcial e demonstra uma necessidade de investimento e adesão institucional.

A terceira pergunta presente no questionário aplicado aos recuperandos tinha como objetivo compreender a maneira que os participantes utilizam a biblioteca da APAC, visando assim, um entendimento maior do funcionamento deste local. Dos 37 participantes, dois responderam que não utilizam a biblioteca em nenhum momento, os mesmos que admitem não perceberem mudanças pessoais. Entretanto, os 35 recuperandos comentaram que utilizam-a de 1 a 3 vezes por mês, pegando seus livros e desenvolvendo suas leituras nos momentos livres. Nesse sentido, tem-se como resposta

> Sim! A biblioteca da APAC apresenta um acervo bastante interessante e diverso. Eu uso com bastante frequência, atualmente estou lendo o livro “Missionários da Luz” de Francisco Xavier, com temática espírita. (Recuperando 31, 2025).

O Recuperando 31 comenta que o acervo da biblioteca é muito interessante e que a frequenta com bastante frequência, além de falar sobre um dos livros que está lendo. Curiosamente, tem-se como resposta também

> Utilizo ela sempre para trocar livros. Aqui faz muita falta um lugar para poder ler, um lugar próprio. Onde ela está hoje [biblioteca] não há condições de que ela exerça seu papel. (Recuperando 4, 2025).

Nesse comentário feito pelo Recuperando 4, entende-se que, apesar de utilizar o espaço para troca de livros, não há possibilidade de usufruir do espaço de

modo pleno, completo. A falta de um espaço mais apropriado como uma sala de leitura dificulta sua função, contemplada pela resposta anterior. Nesse quesito, é importante lembrar que a infraestrutura dos prédios é restrita, uma vez que os espaços dificilmente são ampliados. Um importante adendo é que na biblioteca referida pelo Recuperando 4, há a existência de uma televisão, o que pode ser um atrativo a mais perante os livros ali distribuídos.

Por fim, o Recuperando 22 traz uma resposta que se relaciona diretamente com pontos anteriormente discutidos. Para ele

> Eu tenho lido livros que são trazidos com o intuito de leitura coletiva pelos voluntários do projeto LER, com isso eu acabo lendo esses que a gente trabalha mas também [leio] alguns livros da biblioteca. (Recuperando 22, 2025).

O espaço da biblioteca acaba fornecendo materiais que são trabalhados em aula, mesmo que de maneira escassa dependendo do título, o que facilita uma continuidade no processo de leitura dos recuperandos e oferece um repertório ainda maior por conta da diversidade do acervo, como comentado pelo Recuperando 31.

Para o segmento da narrativa, a terceira pergunta aplicada na entrevista com as voluntárias tinha como propósito compreender se enxergavam alguma integração do projeto com a biblioteca presente na APAC. A pergunta foi construída a partir de uma análise do autor a respeito da atuação da biblioteca anteriormente referida, traçando pontos como a falta de um bibliotecário atuante, a dificuldade da aquisição de materiais, bem como a limpeza adequada e manutenção do acervo. Para além disso, foi analisada também a possibilidade da realização de projetos alternativos e culturais dentro da biblioteca, uma falta manifestada, como Monteiro (2019) discorre ao entender que as bibliotecas prisionais também são espaços sociais e de promoção popular.

É nesse sentido que a Voluntária 1 respondeu que

> A gente usa atualmente a biblioteca como sala de aula por conta do quadro e do computador, caso a gente queira passar uma música ou vídeo. [...] uma coisa que a gente pensou foi dividir as turmas em três grupos e trabalhar com livros em menor quantidade para eles apresentarem posteriormente, mas não sei se ia dar certo por conta da escassez do material. [...] uma coisa legal é a quantidade de DVD's que eles tem na biblioteca, fico sempre pensando de talvez fazer uma noite de cinema ali porque ajuda muito até mesmo nas produções de resenha, né. (Voluntária 1, 2025).

Visualiza-se então que a biblioteca para a Voluntária 1 pode servir como um espaço de promoção cultural com diferentes aspectos. Como a mesma sugere, seria interessante sob o viés educativo e apreciativo, uma noite de cinema com diferentes filmes, o que pode gerar debates e, futuramente, auxiliar como repertório para as futuras resenhas. Atividades de lazer desse gênero são recomendadas, uma vez que permitem a disseminação de informações de maneira plural e focal. Varella (1999), por exemplo, utilizava o aparelho de vídeo para dialogar a respeito da AIDS no Carandiru, o que auxiliou na saúde pública do local. Além disso, a entrevistada ainda pontua que

> [...] realmente não tem um bibliotecário atuando lá, então eles mesmos acabam trabalhando, como fazem na padaria e coisas do tipo por causa da metodologia da APAC. Mas eu pessoalmente entendo que isso é um problema pois a gente não tem muita ideia de que materiais tem lá, faz falta ter alguém pra inventariar e organizar tudo aquilo, pensando sempre neles. (Voluntária 1, 2025).

As bibliotecas da APAC atualmente são geridas pelos próprios recuperandos, por conta de um sistema de rotatividade e atuação em diversas áreas do local. Entretanto, compreende-se, como dito acima, que a falta de um profissional qualificado dentro da instituição acaba atrapalhando diretamente a organização e disponibilidade dos materiais. Considerando que os recuperandos atuam em diferentes áreas dentro da instituição, entende-se que a presença de um profissional qualificado é essencial para ensinar as diversas ferramentas e habilidades próprias da biblioteconomia. Para além de um espaço físico, a biblioteca é também um espaço cultural (Monteiro, 2019).

A Voluntária 2, ao contrário, não compreende que exista uma integração da biblioteca da APAC com o projeto, uma vez que, para ela

> [...] não vejo muito isso acontecer e não é culpa deles nem da APAC. Acho que sim, necessita de uma seleção de livros até porque as pessoas têm pena de jogar fora e acabam doando pra ali, em péssimas condições. Acho que realmente a gente precisa é de uma aquisição e seleção de livros bem melhor pra fazer essa [...] seletividade do acervo de uma maneira melhor. (Voluntária 2, 2025).

A entrevistada entende que, em sua perspectiva, a falta de integração da biblioteca com o projeto afeta diretamente na seletividade de obras e no acesso de maneira geral. Seu discurso condiz com a fala da Voluntária 1 que evidência a

escassez de materiais e suas decorrências negativas em sala de aula como a dificuldade de acesso conjunto às obras. Seguindo na mesma linha, a Voluntária 3 revela que

> [...] existe uma integração com a biblioteca, óbvio, porque a gente usa o acervo dali, o que está disponível. Um caso recente que ocorreu foi que fomos dar uma aula com livros que sabíamos que se encontravam no acervo mas que, de repente, sumiram. [...] aí eles não acham, estão em uma biblioteca ou na outra? Obviamente que ter dois espaços é bom para eles, mas fica muito ruim pra gente porque nunca encontramos nada. (Voluntária 3, 2025).

A preocupação com a manutenção de obras dentro do acervo acaba se tornando um empecilho maior, tanto para os recuperandos que não encontram títulos específicos, assim como para os voluntários que acabam não conseguindo dar o seguimento exato para suas aulas. Nota-se que as três entrevistadas sugeriram um maior controle de obras, o que é vital para a manutenção de uma biblioteca e seu funcionamento intrínseco.

Como última pergunta aplicada aos recuperandos, tem-se uma solicitação de quais sugestões os participantes teriam para a biblioteca e se acreditavam que o serviço poderia melhorar. Esta questão foi elaborada levando em conta pontos anteriormente revelados pelos voluntários e a partir da análise do autor do trabalho, procurando também, futuramente, fornecer essas informações para a instituição com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços.

Os dados revelam que, dos 37 participantes do questionários, 9 afirmam que estão satisfeitos com os serviços e que não há necessidade de mudanças. Na contramão, 28 revelam que existem melhorias a serem feitas, como ressalta o Recuperando 11 ao afirmar que

> Sempre pode melhorar, acredito que poderíamos dispor de uma pessoa capacitada para nos orientar em relação aos livros e materiais didáticos, além de aumentarmos a quantidade de volumes que possuímos à nossa disposição. (Recuperando 11, 2025).

Como fomento para a atual discussão, temos alguns comentários que revelam possíveis mudanças, como elabora o Recuperando 5 quando ressalta que

> [...] minha sugestão seria criar um portfólio digital com informações de todos os livros com indicações do lugar onde ele se encontra com a possibilidade de fazer uma pesquisa por filtro ou algo nesse sentido. (Recuperando 5, 2025).

Assim, enxerga-se que os próprios recuperandos compreendem a dificuldade de acesso dentro da biblioteca da instituição, o que vai ao encontro com o que as voluntárias mencionam em suas entrevistas. Para além disso, tem-se como resultados os seguintes dados: dos 28 recuperandos que afirmam a necessidade de melhorias, 11 ressaltam a importância das doações e da quantidade de exemplares, sugerindo campanhas de arrecadação ou atividades semelhantes. Um total de 7 recuperandos pontuam a importância de um profissional formado e atuante, fornecendo ajuda na hora da escolha e no controle de materiais, conforme ressalta o Recuperando 32 (2025) ao escrever que um ponto a melhorar é o de que “[...] tivesse uma pessoa responsável por gerir os usos, controlando os tempos em que cada um fica com o livro.”

Para além das tarefas técnicas, um bibliotecário possui capacitação para garantir o acesso à informação e promover cultura. Essas atividades podem recorrer a educação em informação ao priorizar o incentivo ao pensamento crítico e à aquisição de novos saberes, convergindo com aspectos prioritários para uma educação libertadora (Freire, 2019). Esses relatos demonstram importância pois evidenciam o desconhecimento sobre as totalidades da atuação do bibliotecário, que acaba muitas vezes sendo reduzido ao tecnicismo.

Por fim, 10 recuperandos demonstram um grande interesse na construção de um local apropriado para leitura, uma vez que torna-se muito difícil se concentrar por conta dos ambientes integrativos. Essa informação se consolida quando um dos participantes descreve que

> Olha, uma sugestão que eu daria era se tivesse uma sala individual, só com livros, até pra nós poder sentar e ler, porque aqui nossa biblioteca é multiuso, seria bem interessante se tivesse só a biblioteca. (Recuperando 12).

Para finalizar a rodada de perguntas feita na entrevista, elaborou-se a seguinte questão: “Existe, na sua opinião, limitações no projeto que dificultem a aplicação?” Procurou-se compreender se haviam limitações específicas no projeto e de que forma isso era refletido na atuação dos voluntários. A Voluntária 1 responde que

> Existe uma limitação que é o número de voluntários. [...] mas apesar disso acho que tem muita gente dedicada atuando, que vão lá porque gostam de dar aula, até porque existem várias coisas delicadas lá dentro e não sei se é qualquer um que entra lá. (Voluntária , 2025).

Uma das limitações mais latentes comentadas é o pequeno número de voluntários, o que se torna presente nessa discussão por se tratar de um local sensível, com um contexto muito específico. Para a entrevistada, isso pode limitar a atuação do projeto de forma direta. Assim, tal resposta faz interseção com os levantamentos das Voluntárias 1, 2 e 3, somando-se ao fato de ser um trabalho de extensão não remunerado. Para a Voluntária 2

> Estamos trabalhando em dois blocos, então aumenta muito a demanda de aulas e de correção das resenhas. Acho que a gente precisa de mais fôlego, braços e cérebros. E com certeza a questão financeira. Temos custos de passagem, impressão e tempo. [...] para mim seria muito interessante termos um cadastro com a UFRGS e ter a oferta de bolsas remuneradas [...] (Voluntária 2, 2025).

A questão financeira afeta diretamente a aplicabilidade do projeto, pois os estudantes possuem gastos pessoais de locomoção e material. Assim, volta-se novamente à questão de acesso aos suportes físicos como os livros, tal dificuldade mostra-se latente. As limitações também tomam espaço no caráter individual, uma vez que todos precisam estar constantemente se educando criticamente a fim de ofertar um ambiente educativo de melhor qualidade. Isso extrapola outros âmbitos sociais uma vez que essa educação deve se prolongar constantemente.

A questão econômica afeta diretamente a atuação de uma educação crítica porque esta exige condições materiais mínimas para que o processo formativo aconteça de maneira plena. A educação crítica não se limita à transmissão de conteúdos, mas pressupõe reflexão, acesso a diferentes fontes de conhecimento, tempo para estudo e participação ativa em espaços educativos.

Quando os estudantes enfrentam limitações financeiras, sua possibilidade de engajar criticamente no processo pedagógico é reduzida. A falta de recursos restringe o contato com múltiplos suportes de informação e, consequentemente, limita a capacidade de comparar, questionar e problematizar diferentes perspectivas, que são habilidades centrais da educação em informação.

Tendo isso em mente, compreende-se que, ao discutir-se as potencialidades e limitações da educação em informação para a reintegração de apenados à sociedade, como elucidado no objetivo específico A, deve-se levar em conta os

aspectos sociais, como a participação ativa do voluntariado dentro da APAC em esferas educacionais como o projeto LER.

Além disso, a situação financeira daqueles que efetivamente participam do processo, somada às limitações já mencionadas, acaba prejudicando tanto o desenvolvimento das aulas quanto a própria aplicação da educação em informação. Essas limitações se encontram na desorganização do acervo da biblioteca, que não contribui para a identificação das obras, não possui sistema de empréstimos e acaba não contribuindo diretamente para uma produção educativa ou social.

As potencialidades, por outro lado, se mostram otimistas através dos questionários a respeito da necessidade de um profissional qualificado e possíveis mudanças na biblioteca local. As entrevistas corroboram para essa argumentação ao demonstrarem uma preocupação perante suas próprias propostas educativas, procurando sempre desenvolver um debate e pensamento crítico a respeito da sociedade, convivência e uso das informações. Tais pontos são vistos no cerne da educação em informação ao se ancorar nos princípios freireanos, buscando sempre implicar uma consciência reflexiva e transformadora, ao problematizar seu contexto atual e desenvolver a autonomia individual (Freire, 2019).

Diante do exposto, conclui-se que a articulação entre o projeto LER, os recuperandos e os voluntários evidencia tanto o potencial quanto os desafios da educação em informação no contexto da APAC. A educação em informação nesse contexto se mostra presente nas dinâmicas realizadas pelo projeto ao estimularem o pensamento crítico através de discussões, leituras conjuntas e debates. As produções também auxiliam nesse processo uma vez que fogem do sentido burocrático do trabalho – somente atingir a redução da pena – e se articulam em promover uma maior percepção social e democrática no meio em que estão inseridos.

De um lado, observa-se que a leitura, os debates e a produção textual contribuem para o desenvolvimento crítico, para a ressignificação das experiências individuais e para a construção de autonomia no ambiente prisional, reafirmando os princípios de Petit (2010), Freire (2019) e Miotto (2022) sobre o papel transformador da educação. De outro, limitações financeiras , como a carência de um bibliotecário atuante, a insuficiência do acervo e a escassez de voluntários, ainda comprometem a plena efetivação das propostas. Nesse sentido, fortalecer a biblioteca e ampliar o apoio institucional ao projeto mostram-se passos fundamentais para consolidar a

educação em informação como ferramenta de emancipação e ressocialização, reafirmando o papel da APAC como modelo alternativo e humanizador da execução penal.

9 CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho foi analisar a educação em informação como estratégia principal para a remição de pena junto à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC - Partenon/RS), visualizando práticas educacionais como o Projeto Leitura e Remição (LER) e o papel da biblioteca no contexto prisional. De forma a responder o problema proposto, buscou-se utilizar a metodologia de revisão bibliográfica a fim de aprofundar-se nos conceitos de educação em informação e esferas prisionais.

O percurso metodológico escolhido foi elaborado pensando nas dificuldades de inserção dentro do cárcere. É sabido que, por possuírem regimentos bastante rigorosos, as prisões dificilmente liberam informações a respeito do espaço. Assim, dificilmente encontram-se dados na literatura da área que possuem as prisões como foco. Tendo essa noção, optou-se pela aplicação de um questionário, o que contribuiu diretamente para a produção e análise de resultados. Houveram perdas como possibilidade de entrevistar recuperandos de forma individual e com perguntas mais abertas, o que poderá ser aplicado em futuros estudos.

A escolha de questionário e entrevistas permitiu o acesso a informações muito pessoais, o que agregou de maneira positiva para o desenvolvimento do trabalho, principalmente relacionado à análise de resultados e conclusões.

O primeiro objetivo – que tinha como foco a discussão de possibilidades e limitações da educação em informação para a reintegração de apenados à sociedade – foi contemplado através do levantamento bibliográfico de produções da área e das narrativas fornecidas pelos recuperandos e voluntários. Com esses dados, percebemos que existem limitações como a desorganização sistemática do acervo – o que interfere diretamente nas aulas do projeto – a limitação financeira da instituição para aquisição de novos materiais e a falta de um profissional qualificado. Esses pontos atrapalham na aplicação da educação em informação pois dificultam o progresso das aulas expositivas e reduzem o local a um ponto de guarda de livros.

Entretanto, como possibilidades, percebe-se um grande aceite da comunidade perante a necessidade de novos projetos culturais, profissionais qualificados e a utilização do espaço físico da biblioteca para rodas de conversa e trocas sociais. A abertura dos recuperandos para a leitura e suas potencialidades é

um ponto forte e que pode ser ampliado por meio da educação em informação. Com a boa receptividade dos ingressos no sistema, implementar novas medidas que se baseiam no desenvolvimento de pensamento crítico parece ser um caminho muito promissor para as dinâmicas desenvolvidas dentro da APAC, demonstrando que a educação em informação pode ser vista como uma estratégia para a reintegração social de indivíduos.

O segundo objetivo específico deste trabalho tinha o intuito de compreender a importância da educação em informação como ferramenta de autonomia para pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, foi utilizada a leitura de materiais focados em educação em informação, a fim de compreender o cerne da discussão. As entrevistas realizadas com os recuperandos e com os voluntários do projeto LER assumiram um caráter importante para a consecução deste objetivo, uma vez que, com isso, foi possível notar respostas que reforçam a importância da aplicação de ferramentas auxiliares nas metodologias educativas da APAC.

O projeto LER desenvolve em suas competências o pensamento crítico, o debate, a troca de experiências e fornece ferramentas necessárias para a produção de resenhas que auxiliam os recuperandos na remição de pena. Muito além de ofertar a redução de dias de prisão, as aulas contribuem positivamente para o senso social de atuação e ativismo para os recuperandos, preocupações essas que constam diretamente no pensamento crítico freireano.

Como terceiro objetivo, procurou-se investigar se as práticas e metodologias adotadas pela APAC no processo de reintegração por meio da leitura incluem a educação em informação. A análise das entrevistas com as voluntárias demonstrou que sim, há uma preocupação destinada às aulas ministradas na instituição, principalmente em relação ao bom uso dos materiais disponíveis e a preocupação de trazer livros com assuntos relevantes e que convergem em debates críticos. Entretanto, nota-se também que é algo muito raso e ainda se encontra nos processos iniciais, principalmente quando coloca-se a biblioteca da APAC em foco. Existem problemas relacionados à gestão do espaço, gestão do acervo e a falta de um bibliotecário. Esses pontos dificultam uma atuação mais incisiva da biblioteca dentro de projetos alternativos de educação e na metodologia adotada pela instituição.

Dessa forma, compreende-se que a educação em informação, quando articulada a projetos como o LER, desempenha um papel fundamental no processo

de reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Apesar das limitações estruturais, financeiras e organizacionais observadas, a prática educativa voltada ao desenvolvimento crítico, à autonomia e ao fortalecimento do senso de pertencimento social evidencia-se como um caminho promissor. A experiência da APAC do Partenon/RS demonstra que, mesmo diante de desafios, a biblioteca e os projetos de leitura configuram-se como espaços de ressignificação, onde a informação é transformada em conhecimento e, sobretudo, em possibilidade de mudança. Assim, a remição de pena por meio da leitura transcende o aspecto jurídico, tornando-se um mecanismo de emancipação e cidadania, capaz de contribuir para a construção de novas perspectivas de vida e para a efetiva reintegração dos recuperandos à sociedade.

Assim, por mais que existam fatores de impacto positivos relacionados à educação em informação no cárcere, é percebido, também, um distanciamento da esfera pública para com a APAC e projetos similares. Muito mais do que ser estruturada formalmente sob uma ótica legal, é necessário que a educação no cárcere seja garantida de forma mais efetiva e que fuja dos sucateamentos constantes. Dessa forma, ampliar o projeto a partir de recursos financeiros acaba sendo uma ótima sugestão para fortalecer as práticas desenvolvidas nesse contexto.

A Biblioteconomia, enquanto área do conhecimento, pode exercer um papel protagonista no fortalecimento da educação em informação em espaços prisionais. Por meio de práticas de gestão de acervos, implementação de serviços de referência, mediação da leitura, educação em informação e elaboração de projetos culturais, juntamente com as instituições e espaços de ensino, a área ganha um local de atuação dentro de cenários de vulnerabilidade social.

O bibliotecário contribui não apenas para a preservação e a disponibilização dos materiais, mas sobretudo para a construção de um ambiente educativo inclusivo. Nesse contexto, a presença de um profissional da área possibilita transformar a biblioteca da instituição em um verdadeiro espaço de aprendizagem e emancipação, onde a informação é organizada de forma estratégica para atender às demandas formativas dos recuperandos. Assim, a Biblioteconomia, ao atuar de maneira integrada com a pedagogia e com políticas públicas, potencializa os projetos de remição de pena pela leitura e amplia as perspectivas de reintegração

social, possibilitando novos caminhos àqueles que enxergam na educação e na leitura esse convite à mudança.

Essa pesquisa pretende ser continuada no mestrado de Ciência da Informação com destaque a políticas públicas de informação e acesso à educação em nível internacional, buscando avançar nas discussões e contribuir com o desenvolvimento desse debate dentro da área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Políticas Públicas, 2021.

APAC PARTENON. **Documentos**. Porto Alegre: APAC, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1e-uGLjcIJICDAVnqRKFvkaq9oXnqNurt. Acesso em: 12 jun. 2025.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BERTOLEZA, N. L. C.; JUVÊNCIO, C. H. A remição de pena pela leitura na região metropolitana do Rio de Janeiro através das representações sociais dos sujeitos envolvidos. *In*: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/342127. Acesso em: 21 maio 2025.

BEZERRA, A. C.; BELONI, A. Os sentidos da “crítica” nos estudos de competência em informação. **Em questão**, v. 25, n. 2, p. 6, 2019.

BEZERRA, C. M. *et al*. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2135–2146, 2016.

BITENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Censo nacional de práticas de leitura no sistema prisional [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2022. 184 p. (Série Fazendo Justiça. Coleção Promoção da Cidadania). ISBN 978-65-5972-656-1. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/censo-leitura-prisional.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Censo nacional de práticas de leitura no sistema prisional [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2023. 179 p. (Série Fazendo Justiça. Coleção Promoção da Cidadania). ISBN 978-65-5972-656-1. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/censo-leitura-prisional.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 21 de maio de 2025.

BRITTO, L. P. L. Escola, ensino de língua, letramento e conhecimento. **Calidoscópio**, [*S. l.*], v. 5, n. 1, p. 24-30, 2007.

BORGES, J.; BRANDÃO, G.; BARROS, S. S. **Educação para a informação**: como promover competências infocomunicacionais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BORGES, J.; SILVA, D.; MACHADO, R. F. Educação em informação nas políticas públicas brasileiras. *In*: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2277/1998. Acesso em: 02 out. 2025.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, [*S.l.*], v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry**: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

COLARES, L.B.; LINDEMANN, C.R. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 3, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013.** Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição de pena pelo estudo. Disponível em: https://www.cnj.jus.br. Acesso em: 17 maio 2025.

CUNHA, M. B. **Gestão de coleções**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Mariana Vargas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

DEDAVID, D.; MARTINI, P.; BORGES, J. Educação em informação como resistência à desinformação. **Revista EDICIC**, San José [Costa Rica], v. 3, n. 3, p.1-10, 2023. Disponível em: https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/282/291. Acesso em: 17 jun. 2025.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN**, Brasília, junho de 2016. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/assuntos/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - FBAC. Recomendações importantes da FBAC. **Método APAC**, [*S. l.*], 2015 . Disponível em: http://www.fbac.org.br/index.php/pt/apac-passo-a-passo-completo/30-institucional/comoimplementar-e-desenvolver-uma-apac/31-recomendacoes-importantes-da-fbac. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, M. B.; NASCIMENTO, E. F.; PÉREZ, A. A. A prisão como sistema: os interesses do capitalismo e o engodo da ressocialização. **Entropia**, [*S. l.*], v. 8, n. 15, p. 76–103, 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Principia, 2010.

JACOB, A.; SANTOS, L. F. V. Ressocialização de presos: uma questão contraditória no Brasil.**Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [*S. l.*], v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/1497. Acesso em: 4 ago. 2025.

KAEFER, J. **Inteligência artificial e desinformação: um estudo a partir da perspectiva da educação em informação**. Orientadora: Jussara Borges de Lima. 2025. 45 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/288495. Acesso em: 02 out. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, F. C. D.; SILVA NETO, E. G. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. Biblos: **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [*S. l.*], v. 25, n.1, p.47-58, jan./jun. 2011.

LINDEMANN, C. Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 16, p. 1–27, 2020.

LOPES, P. S. O.; CLEMENTEL, F. K. **O método APAC**: um estudo sobre a eficácia da alternativa à crise do sistema carcerário brasileiro. Porto Alegre: PUC/RS, 2020.

MARTINI, P.; BORGES, J. A educação em informação como uma ação mediadora do bibliotecário. *In*: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23, 2023, Aracajú. **Anais [...]**. Aracajú: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/2015/1391. Acesso em: 02 out. 2025.

MIOTTO, N. Leitura no cárcere: um caminho para a liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 13, p. 32–52, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/790. Acesso em: 11 jun. 2025.

MONTEIRO, C. A. B. Biblioteca prisional: um relato de reconstrução e retomada do funcionamento. *In*: Anais do 28° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB, 28, 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: CBBD, 2019. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2163. Acesso em: 02 out. 2025.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicaçã**o. São Paulo: Atlas, 2005.

NETO, E. G. S.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [*S. l.*] v. 25, n. 1, p. 47-58, 2011.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2009.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2010.

PINHEIRO, V. T. **Estudo sobre a dinâmica social-prisional e as práticas de gestão da APAC de Porto Alegre/RS Partenon pela visão do voluntariado**. Orientadora: Vanessa Chiari Gonçalves. 2020. 118 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, UFRGS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221919. Acesso em 02 out. 2025.

PINTO, A. A. O sujeito negro na prisão: duplamente inferiorizado pela sociedade brasileira. **BOLETIM OVIR**, [*S.l.*], p. 53, 2023.

PONTES, R. F.; PIMENTA, S. G. A pedagogia crítica de Paulo Freire: elementos para uma proposta no campo da didática. **Revista Chilena de Pedagogía**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2019.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

REIS, A. S. Biblioteca e educação em interlocução: repatriar luz/esperança. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S.l.*], v. 19, 2014.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 175–189, 2013. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237. Acesso em: 12 maio. 2025.

SILVA, R. S.; CARVALHO, R. O. **A raiz racista do encarceramento em massa e a (in) certeza da ressocialização**. Orientador: Rosival Oliveira de Carvalho. 2023. 27 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Curso de Direito, UCSAL, Salvador, 2023. Disponível em: https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/ef3af5be-e01c-4ca5-8eeb-e8358c30e5a9/content. Acesso em: 02 out. 2025.

SILVA, C. P.; OLIVEIRA FILHO, E. W. Populismo penal e superlotação carcerária: um ciclo vicioso no Brasil. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e15122, 2024. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1522. Acesso em: 16 ago. 2025.

SILVA, F. L. Sobre um novo conceito de prisionização: o fenômeno da assimilação prisional de acordo com a realidade prisional brasileira. 269 f. **Tese** (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

SILVA, L. F. A.; CORREIA, R. O sistema prisional: entre sua história, seus conceitos, a perpetuação da defesa social e sua crise. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, [*S. l.*], v. 3, n. 4, p. 337–358, 2014.

SOUSA, F. L. M.; FARIAS, M. G. G. Desafios da atuação do bibliotecário na biblioteca prisional brasileira. **Brazilian Journal of Information Science**, [*S.l.*], v. 17, 2023.

TAVARES, A. R. Direito fundamental à educação. **Direitos sociais**: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 771-788, 2008.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Tradução de Vânia Romano e Amir Lopes. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZATTAR, M.; BARBOSA, M. F.; BORGES, J. Educação em informação: uma proposição terminológica e conceitual. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 33, 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM VOLUNTÁRIOS

1. Como é feito o planejamento de sua aula?

2. Ao escolher uma obra, quais critérios são levados em conta?

3. Você visualiza uma integração do projeto com a biblioteca?

4. Existe, na sua opinião, limitações no projeto que dificultem a aplicação?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RECUPERANDOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Campus Saúde – Rua Ramiro Barcelos, 2705 CEP 90035-007
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Nome:

1. As aulas do Projeto LER te beneficiam de alguma forma? Explique.

2. Na sua opinião, existe algo que você não fazia antigamente mas que começou a fazer por causa do Projeto LER? Explique.

3. Você utiliza a biblioteca da APAC com que frequência? Se sim, de que forma você a utiliza?

4. Que sugestões você daria para a biblioteca? Você acha que o serviço pode ser melhor?